

CULTURA DE MASSAS: Forma de cultura típica das sociedades industriais do séc. XX, criada pela indústria cultural p/ ser transmitida a grandes massas sob a forma de bens de consumo, veiculada fundamentalmente pelos meios de comunicação, os media. [emerge nos meios urbanos]

2 Factores contribuíram para esta homogeneização cultural:

- A generalização do ensino;
- O desenvolvimento dos meios de comunicação de massas.

OS MEDIA, VEÍCULOS DE EVASÃO E DE MODELOS SOCIOCULTURAIS

Imprensa, rádio e cinema: Os mais importantes meios de comunicação da 1ª metade do séc.XX. – proporcionaram ao cidadão a evasão da rotina diária.

Imprensa:

- Utiliza um vocabulário simples, feito de frases curtas e atractivas e de diálogos vivos e informais;
- Livro: produto de uso corrente e popular
- Novos géneros literários: o romance cor-de-rosa, a banda desenhada e o romance policial;
- Inaugura-se o jornal de grande tiragem e as revistas

Rádio [o mais popular dos meios de comunicação]:

- Importante meio de difusão cultural: torna populares aspectos da cultura erudita, estimula gostos e consumos, contribui para esbater as diferenças de pronúncia e vocabulário entre regiões e classes sociais

Cinema:

- Nascido em França rapidamente se universaliza;
- Tornou-se uma arte, a 7ª Arte, e de arte passa também a indústria;
- O cinema sonoro abre à 7ª arte novas perspectivas;
- Possibilidade de evasão: onde residia (e reside) a magia do cinema, o filme conduzia o espectador a uma outra dimensão;
- Dos mass-media foi o q mais contribuiu p/ a difusão dos modelos sócio-culturais e a consequente standardização

OS GRANDES ENTRETENIMENTOS COLECTIVOS

- O cinema e a música ligeira transformaram-se em entretenimentos colectivos graças a difusão dos mass media;
- Sob o impulso dos mass media o desporto internacionalizou-se;
- O futebol e o boxe adquiriram popularidade, enquanto que outras modalidades como o ténis e o golfe, permaneceram ligadas às classes privilegiadas;
- Foi sem dúvida a cobertura dos media que transformou o desporto em espectáculo e lhe deu dimensão capaz de mobilizar grandes interesses económicos e políticos.

RESUMINDO...

- A cultura de massas tem um carácter marcadamente popular, criada pelos mass media que estimulam a necessidade do seu consumo;
- Os bens culturais são objecto de uma produção estandardizada [peças de vida efémera e de pouca qualidade, logo substituídos de forma a incrementar o consumo e a não cansar o publico];
- Outras funções importantes: Evasão da rotina diária; incute valores e homogeneiza comportamentos e apazigua tensões conflituais.

REGRESSO À ORDEM

- Depois das desconstruções vanguardistas assiste-se a um regresso à ordem, isto é, à arte figurativa. Esta tendência neo-realista, torna-se um meio de expressão carregado de agressividade social e politica.
- O artista deve contribuir para a colectividade – ressurgimento da pintura mural

A ARQUITECTURA, A ARTE DA COLECTIVIDADE

Numa Europa destruída havia necessidade de reerguer numerosos edifícios e de realojar os seus cidadãos. Impunha-se uma construção simples e barata, mas digna.

Só um planeamento eficiente, altamente racionalizado podia suprir as carências habitacionais e gerar o bem-estar de todos. Para isto, era necessário o corte radical com as fórmulas arquitectónicas oitocentistas.

- **1º Funcionalismo [Revolução Arquitectónica]**

- Renovação da concepção de espaço. O homem será a escala para a construção da casa. Esta terá de ser prática e racional, ou seja, **funcional**;
- Volumes simples das casas;
- Ausência de elementos decorativos;
- Elevação do edifício sobre pilares;
- Janelas rasgadas, de grandes dimensões;
- Terraços
- Plantas livres (flexibilidade no uso do espaço)

- **2º Funcionalismo [Arquitectura + humanizada]**

A arquitectura orgânica não nega o funcionalismo mas liberta-se dos seus dogmas.

- Nova concepção de planta (1º delimitam-se os espaços interiores e só depois o exterior)
- Continua a ser uma casa funcional, à medida do homem, mas agora a escala, além de física, é também espiritual;
- Mais reconciliada com o homem, integra-se melhor na paisagem, “funde-se com a natureza”

A CULTURA E O DESPORTO AO SERVIÇO DOS ESTADOS

As ditaduras compartilhavam o mesmo objectivo de colocar a cultura ao serviço do poder, procurando assegurar que a criação intelectual contribuísse eficazmente para a construção da “nova ordem” que defendiam.

UMA ARTE PROPAGANDISTA

A arte, a literatura e o cinema tinham a missão de exaltarem as conquistas do proletariado e contribuir para a educação das massas. Para que esta tarefa tivesse êxito, era necessária a utilização de uma linguagem acessível a todos, a linguagem do realismo.

- **[URSS]:** O vanguardismo russo, desvaneceu-se abafado por um rígido controlo estatal;
- **[ALEMANHA]:** O comité central do partido comunista obriga todos os “trabalhadores criativos soviéticos” a agruparem-se em “uniões de criadores” segundo a sua actividade. A ninguém é permitido exercer a sua actividade fora destas instituições que delimitam os parâmetros a seguir. A arte oficial adopta então o realismo socialista.
- **[ITALIA]:** mais moderado, o fascismo italiano limita-se a proteger os artistas que lhe são favoráveis. Sem instituições oficiais de controlo o poder apenas exige que não sejam postos em causa os pilares da ordem fascista – regresso a uma arte de feição neo-clássica e de dimensões grandiosas.

A POLITIZAÇÃO DO DESPORTO

- Também o desporto, espectáculo de massas, foi utilizado para fins propagandísticos;
- A sua internacionalização tornou-o susceptível de aproveitamento político;
- Os eventos desportivos internacionais suscitam sentimentos nacionalistas e patrióticos;
- O desporto era considerado essencial à formação do ser humano perfeito, disciplinado, capaz de auto-controlo e sacrifício físico.

O ESTADO NOVO

DA DITADURA MILITAR AO ESTADO NOVO

- Fim da 1ª república parlamentar portuguesa – 28 de Maio de 1926
- Instalou-se uma ditadura militar até 1932-33 (também esta fracassou)
- Em 1928 (em plena ditadura militar) foi nomeado para o governo, p/ exercer as funções de ministro das finanças, António de Oliveira Salazar – P/ ter conseguido um saldo positivo para o orçamento de estado, foi **nomeado para chefe do governo, em 1932.**
- Não escondendo o seu propósito de instaurar uma nova ordem política, Salazar empenhou-se na criação das necessárias estruturas institucionais
- Criou-se um novo sistema governativo, o **ESTADO NOVO** (tutelado por Salazar) onde vigorava um forte autoritarismo do estado e o condicionamento das liberdades individuais aos interesses da nação.

- Utilizando slogans como “Estado Forte” e “Tudo pela nação, Nada contra a Nação”, **repudiou: o liberalismo, a democracia e o parlamentarismo e proclamou o carácter autoritário, conservador e nacionalista do Estado Novo.**
 - O Estado Novo não deixou de abraçar um projecto totalizante p/ a sociedade portuguesa. A concretização do seu ideário socorreu-se de fórmulas e estruturas politico-institucionais decalcadas dos modelos fascistas, particularmente do italiano.
-

CONSERVADORISMO E TRADIÇÃO

- Salazar foi uma personagem extremamente conservadora
 - O Estado Novo distinguiu-se, entre os demais fascistas, pelo seu carácter profundamente conservador e tradicional;
 - Assentou em valores que jamais alguém deveria questionar: Deus, pátria e Família
 - Respeitou as tradições nacionais e tudo o que fosse genuinamente português;
 - A base da nação era a família [núcleo de autoridade c/ papéis rigidamente distribuídos: pai trabalhador, mulher confinada ao estatuto de mãe e esposa e filhos obedientes];
 - Enalteceu-se o mundo rural, refúgio seguro da virtude e da moralidade [a cidade era vista como fonte de todos os vícios]
 - Protegeu-se a religião católica definida, em 1950, como religião da Nação Portuguesa;
 - Reduziu-se à mulher um papel passivo (a nível económico, político, cultural e social);
 - Manifestações culturais: resguardou-as de tudo o que fosse influência estrangeira.
-

NACIONALISMO

- A história tinha de ser memorizada, sem espírito crítico, por todos os jovens que frequentassem a escola;
 - Criaram-se milícias nacionalistas de enquadramento de massas:
 - ➔ A mocidade portuguesa (inscrição obrigatória p/ jovens);
 - ➔ Legião Portuguesa (p/ adultos)
 - O regime salazarista utilizava as colónias em proveito dos interesses da nação, seguindo os parâmetros definidos pelo Acto Colonial de 1930.
-

CORPORATIVISMO

- O estado novo mostrou-se empenhado na unidade da nação e no fortalecimento da Nação;
 - As corporações: famílias e organismos onde os indivíduos se agrupam pelas funções q desempenham e os seus interesses harmonizam-se para a execução do bem comum;
 - Juntamente c/ as famílias, as corporações concorriam para a eleição dos municípios. Corporações e municípios enviavam os seus delegados à câmara corporativa;
 - Na prática só funcionaram as corporações a nível económico, embora a constituição de 1933 programassem uma diversidade de corporações.
-

A RECUSA DO LIBERALISMO, DA DEMOCRACIA E DO PARLAMENTARISMO

- (À semelhança do fascismo Italiano) O Estado Novo afirmou-se antiliberal, antidemocrático e anti-parlamentar;
 - Segundo Salazar, a nação era um todo orgânico e não um conjunto isolado de indivíduos. Por isso, resultaram duas consequências fundamentais:
 - Os interesses da nação sobrepõem-se aos interesses dos indivíduos;
 - Os partidos políticos constituíram um elemento desagregador da Unidade da Nação e um factor de enfraquecimento do Estado.
 - Para Salazar, só a valorização do poder executivo garantia um Estado Forte e Autoritário.
 - Subalternizado o poder legislativo, o que sobressaía era a figura do presidente do conselho.
 - **Salazar** encarnou na perfeição a figura do **chefe providencial**, intérprete supremo do interesse Nacional;
 - Tal como em Itália, a consolidação do Estado Novo passou também pelo Culto do Chefe, que fez de Salazar “Salvador da Pátria”
-

O ENQUADRAMENTO DAS MASSAS

A longevidade do Estado Novo pode-se explicar pelo conjunto de instituições e processos que conseguiram enquadrar massas e obter a sua adesão ao projecto do regime.

- **Secretariado da Propaganda Nacional (1933):** Papel activo na divulgação do ideal do regime e na padronização da cultura e das artes;
- **União Nacional (1930):** para congregar “todos os portugueses de boa vontade” e apoiar incondicionalmente as actividades políticas do governo.

A unidade da Nação só foi conseguida com a extinção de partidos e com a limitação severa da liberdade de expressão. Por isso, em 1934 a União Nacional é transformada em Partido Único.

- Obrigou-se o funcionalismo publico a fazer prova da sua fidelidade ao regime através de um juramento:

recorreu-se a organizações milicianas: **Legião Portuguesa**- Destinada a defender o “património espiritual da Nação”, os Estado corporativo e a ameaça bolchevista; **A Mocidade Portuguesa** – destinava-se a ideologizar a juventude, inculcando-lhes valores nacionalistas e patrióticos.

- Controlou-se o ensino, especialmente ao nível do primário e secundário, expulsou-se professores opositores ao regime e adoptou-se o livro único.
- **Obra das mães para a Educação Nacional (1936)**- destinada à formação das futuras mulheres e mães;
- **Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT) (1935)** – destinava-se a controlar os tempos livres dos trabalhadores, criando actividades recreativas e “educativas” seguindo a moral do regime.

O APARELHO REPRESSIVO DO ESTADO

- A censura prévia aos média abrangeu assuntos políticos, militares, religiosos e morais, assumindo o carácter de uma ditadura intelectual;
 - Ao “lápiz azul” da censura, cabia a proibição da difusão de palavras ou imagens “subversas” para a ideologia do Estado Novo
 - A Polícia Política – Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE), mais tarde, em 1945, designada por PIDE – Polícia Internacional de Defesa do Estado - Distinguiu-se por perseguir, torturar e matar opositores ao regime.
-

UMA ECONOMIA SUBMETIDA AOS IMPERATIVOS POLÍTICOS

- Entre os anos 20 e 40, o País enveredou por um modelo económico fortemente intervencionista e autárquico.

O dirigismo económico do Estado Novo ficou patente nas políticas financeira, agrícola, de obras públicas, industrial e colonial adaptadas.

ESTABILIDADE FINANCEIRA

A estabilidade converteu-se na prioridade de Salazar e do Estado Novo.

Sob o lema de diminuir as despesas e aumentar as receitas, Salazar conseguiu o tão esperado equilíbrio orçamental:

- Criaram-se novos impostos
- Aumentaram-se as tarifas alfandegárias sobre importações

Também as reservas de ouro atingiram um nível significativo, permitindo a estabilidade monetária.

Apelidada de “milagre” a estabilização financeira granjeou ao Estado Novo uma imagem de credibilidade e competência governativa.

DEFESA DA RURALIDADE

Anos 30 -> **exacerbado ruralismo**

O Estado Novo privilegiava o mundo rural, porque nele se preservava o que de melhor tinha o povo português.

- Construção de inúmeras barragens – melhor irrigação dos solos;
- A Junta de Colonização Interna fixou população em algumas áreas do interior;
- Política de Arborização por parte do Estado melhorou alguns terrenos;
- Fomentou-se a cultura da vinha – crescimento da produção vinícola;
- Alargaram-se também as produções de arroz, batata, azeite, cortiça e frutas.

Nenhuma das medidas tomadas em benefício da agricultura teve a projecção da Campanha do Trigo (1929-37) que teve como objectivo alargar a área de cultura deste cereal -> O crescimento significativo da produção cerealífera conseguiu a auto-suficiência do país, forneceu a produção de adubos e de maquinaria agrícola e deu emprego a milhares de portugueses.

OBRAS PÚBLICAS

- A rede de caminhos-de-ferro não sofreu transformações de vulto a não ser no material circulante e nos serviços prestados;
- A construção e reparação de estradas mobilizaram grandes esforços do regime [duplicaram até 1950]

Forneceu a unificação do mercado nacional e proporcionou uma melhor acessibilidade relativa aos mercados.

- Edificação de pontes;
- Expansão das redes telegráfica e telefónica;
- Obras de alargamento nos portos;
- Os aeroportos (embora em < escala) também mereceram a atenção do regime;
- Construção de barragens;
- Expansão da electrificação.

A política de obras públicas, que se tornou um dos símbolos orgulhosos da administração salazarista inclui ainda a construção de edifícios públicos (hospitais, escolas, tribunais...)

A política de construção de obras públicas foi aproveitada (politicamente) para incutir no povo português a ideia de q Salazar era imprescindível à modernização material do País.

O CONDICIONAMENTO INDUSTRIAL

- Num país de exacerbado ruralismo, a indústria não constituiu prioridade p/ o Estado;
- O condicionamento industrial consistia na limitação, pelo Estado, do nº de empresas existentes e do equipamento utilizado, pois a iniciativa privada dependia, em larga medida, da autorização do Estado;
- O condicionamento industrial reflecte o dirigismo económico do Estado Novo
- Tratava-se antes de mais de uma política conjuntural anti-crise. Mais do que o desenvolvimento industrial, procurava-se evitar a sobre produção , a queda dos preços, o desemprego e agitação social.

O condicionamento industrial funcionou como travão à livre concorrência, acarretando um atraso tecnológico.

Criam-se, assim, obstáculos à modernização, perpetuando-se processos tecnológicos e níveis de produtividade arcaicos.

CORPORATIVIZAÇÃO COLONIAL

Em Setembro de 1933, o Estado Novo publicou o Estatuto do Trabalho Nacional -> Este diploma estipulava q nas várias profissões da indústria, do comércio e dos serviços (exceptuando-se a função pública) os trabalhadores deviam reunir-se em Sindicatos Nacionais e os patrões em Grémios.

Negociariam entre si os colectivos de trabalho, estabeleceriam normas e quotas de produção, fixariam preços e salários.

- Os Sindicatos e os Grémios eram considerados um instrumento da política governamental autoritária, e da submissão dos trabalhadores ao capitalismo e, por isso, enfrentaram algumas resistências
- As confrontações atingiram o seu auge no dia 18 de Janeiro, na Marinha Grande, quando operários vidreiros ocuparam edifícios públicos e proclamaram “soviète” local.

A POLÍTICA COLONIAL [Base no Acto Colonial de 1930 -> Nele se afirmava a missão histórica civilizadora dos Portugueses nos territórios ultramarinos]

- Reforçou-se a tutela metropolitana sobre as colónias. Insistiu-se na fiscalização da metrópole sobre os governadores coloniais e no estabelecimento de um regime económico tipo “Pacto Colonial”

“Pacto Colonial” – Cabia às colónias ser um mero fornecedor de matérias-primas p/ a indústria metropolitana q obtinha o escoamento garantido nos mercados coloniais.

O Estado Novo procurou reforçar, pela propaganda política, que o Império Colonial era um património histórico de que era legítimo tirar proveito.

O PROJECTO CULTURAL DO REGIME

No contexto de um regime de tipo totalitário, a cultura portuguesa encontrava-se subordinada ao Estado e servia de instrumento de propaganda política.

O Estado Novo compreendeu a necessidade de uma produção cultural submetida ao regime -> p/ isso, escritores, artistas, jornalistas (...) “sentiram” a censura.

Mas o Estado foi mais longe nos seus propósitos de controlo da produção cultural -> concebeu um projecto totalizante.

[projecto totalizante]: **Política de Espírito**: pretendia elevar a mente dos portugueses e alimentar a sua alma. Implementada pelo Secretariado da Propaganda Nacional, dirigido por António Ferro.

- Ferro servia-se da “política de espírito” para mediatizar o regime

- Ferro e Salazar concordavam q as artes e as letras deveriam inculcar no povo, o amor da pátria, o culto dos heróis, as virtudes familiares, a confiança no progresso, ou seja, o ideário do Estado Novo.

Mas essa cultura teria igualmente que evidenciar uma estética moderna! Ferro chamou os modernistas a colaborarem c/ o regime, provocando uma controversa e problemática **união entre conservadorismo e vanguarda**.

- No domínio literário, a acção do Secretariado da Propaganda Nacional revelar-se-ia um fracasso.
- Já nas artes plásticas e decorativas, na arquitectura, no bailado, no cinema e até no teatro, a colaboração mostrou-se mais fecunda.

As principais manifestações artísticas do Estado Novo evidenciaram-se nas obras arquitectónicas das exposições internacionais (Com destaque para a “Exposição do Mundo Português” em Lisboa em 1940) **e em obras de elogio ao ideário nacionalista.**

Modulo 8: [1] Nascimento e Afirmação de um novo quadro geopolítico

1.1. A reconstrução do pós-guerra

1.1.1. A definição de áreas de influência

Quando o mundo emergiu da Segunda Guerra Mundial, era já clara a alteração de forças nas relações internacionais. Antigas potências como a Alemanha e o Japão, que tinham sonhado com grandes domínios territoriais, saíram da guerra vencidas e humilhadas. Outras, como o Reino Unido e a França, embora vitoriosas, viam-se empobrecidas e dependentes da ajuda externa. No quadro da ruína e desolação do pós-guerra, só duas potências se agitavam: a URSS e os E.U.A.

- **A construção de uma nova ordem internacional: as conferências de paz**

Entre 4 e 11 de Fevereiro de 1945, Roosevelt, Estaline e Churchill reúnem-se nas termas de Ialta, com o objectivo de estabelecer as regras que devem sustentar a nova ordem internacional do pós-guerra.

- definiram-se as fronteiras da Polónia;
- estabeleceu-se a divisão provisória da Alemanha em 4 áreas de ocupação dirigidas pelo Reino Unido, pelos EUA, pela URSS e pela França;
- decidiu-se a reunião da conferência preparatória da Organização das Nações Unidas;
- Estipulou-se o supervisionamento dos "três grandes" na futura constituição dos governos dos países de leste com base no respeito pela vontade política das populações;
- estabeleceu-se a quantia de 20 000 milhões de dólares pelas reparações de guerra a pagar pela Alemanha.

Estabeleceu-se um acordo quanto às zonas de influência dos regimes comunista e capitalista e, embora sem qualquer documento formal, o certo é que esta hipotética partilha da Europa foi sempre respeitada.

Alguns meses mais tarde, em finais de Julho, reuniu-se em Potsdam uma nova conferência com o fim de consolidar os alicerces da paz.

A conferência de Potsdam decorreu num clima bem mais tenso do que a de Ialta. A conferência encerrou sem alcançar uma solução definitiva para os países vencidos, limitando-se a ratificar e pormenorizar os aspectos já concordados em Ialta:

- a perda provisória da soberania da Alemanha e a sua divisão em 4 áreas de ocupação;
- a administração conjunta da cidade de Berlim, igualmente dividida em 4 sectores de ocupação;
- o montante e o tipo de indemnizações a pagar pela Alemanha;
- o julgamento dos criminosos de guerra nazis por um tribunal internacional;

- a divisação, ocupação e desnazificação da Áustria, em moldes semelhantes aos estabelecidos para a Alemanha.

- **O novo quadro geopolítico p.15-18**

Para além de consideráveis ganhos territoriais, a guerra dera à União Soviética um enorme protagonismo internacional. Estaline participava agora, como parceiro de primeira grandeza, na definição das novas coordenadas geopolíticas.

A URSS detinha, assim, vantagem estratégica no Leste Europeu. Embora os acordos de Ialta previssem o respeito pela vontade dos povos, na prática tornava-se impossível contrariar a hegemonia soviética, que não tardou a impor-se: Entre 1946 e 1948, todos os países libertados pelo exército vermelho resvalaram para o socialismo. Em pouco tempo, a vida social, política e económica dos países de Leste foi reorganizada em moldes semelhantes aos da União Soviética.

Em 1946, Churchill pronunciou um discurso onde utilizou a célebre expressão: "cortina de ferro" para qualificar o isolamento a que estavam votados os países da Europa de Leste colocados "sob a esfera soviética" e, por isso, fechados ao diálogo com as democracias ocidentais.

-> Em 1947, o presidente Truman (E.U.A) descreveu-se a divisão política do mundo em dois "modos de vida":

- o modo de vida do bloco ocidental, caracterizado "pelas instituições livres"
- o modo de vida do bloco de leste, que "assenta no terror e na opressão"

Declarou a sua intenção de auxiliar económica e financeiramente os países da Europa de maneira a conter a expansão do comunismo [política de contenção]

-> No mesmo ano, Andrej Jdanov retorquiu designando:

- os E.U.A, a Inglaterra e a França como "campo imperialista e antidemocrático";
- a URSS e as "novas democracias" "forças anti-imperialistas e democráticas".

- **A questão Alemã p.18-19**

A expansão do comunismo no 1º ano de paz fez com que ingleses e americanos olhassem a **Alemanha**, não já como o inimigo vencido, mas como um **aliado imprescindível à contenção do avanço soviético**.

O renascimento alemão tornou-se uma prioridade para os Americanos, que intensificaram os esforços para a criação de uma república federal constituída pelos territórios sob ocupação das três potências ocidentais, a **República Federal Alemã (RFA)**

A União Soviética protestou vivamente contra aquilo que considerava uma clara violação dos acordos estabelecidos mas acabou por desenvolver uma actuação

semelhante na sua própria zona, que conduziu à criação de um Estado paralelo, sob a alçada soviética, a **República Democrática Alemã (RDA)**.

Este processo de divisão trouxe para o centro da discórdia a situação de Berlim, já que na capital, situada no coração da área soviética, continuavam estacionadas as forças militares das três potências ocidentais.

O **Bloqueio de Berlim**, que se prolongou de Julho de 1948 a Maio de 1949, foi o 1º a medir forças entre as duas superpotências. O mundo temeu um novo conflito armado

Assim, apenas 3 anos passados sobre o fim da 2ª guerra mundial, os antigos aliados tinham-se tornado rivais e a sua rivalidade dividia o Mundo em **2 blocos antagónicos**: de um lado os países capitalistas, liderados pelos EUA; do outro, as nações socialistas, sob a égide da URSS.

Nas décadas q se seguiram, as relações internacionais reflectiram este bipolarismo e impregnaram-se de um clima de forte tensão e desconfiança.

1.1.2. A organização das Nações Unidas p. 20-24

O projecto ficou acordado na Conferência de Teerão e foi depois ratificado em Ialta, onde se decidiu a convocação de uma conferência com o fim de redigir e aprovar a *Carta fundadora das Nações Unidas*.

Iniciada no dia 25-Abril-1945, a Conferência contou com os delegados de 51 nações que afirmara, na **Carta das Nações Unidas**, a sua vontade conjunta de promover a paz e a cooperação internacionais. Segundo a *Carta*, a Organização foi criada com os propósitos fundamentais de:

- **manter a paz** e reprimir os actos de agressão;
- **desenvolver relações de amizade** entre os países do mundo, baseados na igualdade e no seu direito à autodeterminação;
- **desenvolver a cooperação internacional** no âmbito económico, social e cultural e promover a defesa dos direitos humanos;
- **funcionar como centro harmonizador**.

-> A defesa dos Direitos do Homem

Sob o impacto do holocausto e disposta a impedir as atrocidades cometidas durante a 2ª guerra mundial, a ONU tomou uma **feição profundamente humanista** que foi reforçada pela aprovação da *Declaração Universal dos Direitos do Homem*.

Esta *Declaração* não se limita a definir os **direitos e liberdades fundamentais** (direito à vida, liberdade de reunião, associação, expressão, etc.). Os seus redactores atribuíram um importante espaço às **questões económico-sociais** (direito ao trabalho, ao descanso, ao ensino...), por as considerarem imprescindíveis a uma vida digna e verdadeiramente livre.

-> **Orgãos de Funcionamento**

- **Assembleia Geral:** Reúne um representante de cada país do mundo. A Assembleia Geral debate, à semelhança de um parlamento, os assuntos de interesse da organização.
- **Conselho de Segurança:** é composto por 15 membros, 5 dos quais permanentes(os q representam os EUA, a Rússia, o Reino Unido, a França e a China)[basta um deles opor-se a uma resolução - exercendo o direito de veto - para que essa decisão seja bloqueada] e 10 flutuantes, eleitos pela Assembleia geral por 2 anos. É o Conselho de Segurança que tem poderes para agir + directamente na preservação da paz, podendo decidir sanções económicas e a intervenção militar da ONU.
- **Secretariado Geral:** O secretariado-geral das Nações Unidas exerce funções diplomáticas cruciais na resolução dos conflitos do mundo. É eleito pela Assembleia Geral para um mandato de 5 anos (renovável) O secretário-geral toma parte das reuniões do Conselho de Segurança mas sem direito a voto. - representa praticamente todos os povos do mundo.
- **Conselho Económico e Social:** destina-se a cumprir o objectivo da cooperação económica, social e cultural previsto na Carta das Nações Unidas. Actua por meio de agências especializadas e outros órgãos específicos q se encontram sobre a sua tutela.
- **Tribunal Internacional de Justiça:** destina-se a resolver, por via pacífica, as quezílias entre os povos, fazendo com que estes respeitem as leis do direito internacional. - órgão máximo da justiça internacional.
- **Conselho de Tutela:** este organismo administrava os territórios entregues à ONU, porém, desde 1994 reúne, apenas, ocasionalmente, pois já não tem territórios à sua guarda.

A **ONU**, que desde 1952 tem sede permanente em Nova Iorque, agrega hoje todos os povos do mundo (191 países). Embora tenha desenvolvido um importante papel no q toca à cooperação internacional, a sua actuação ficou aquém das expectativas no que concerne à consertação da paz mundial.

1.1.3 As novas regras da economia internacional

-> **O ideal de cooperação económica p.25-26**

O planeamento do pós-guerra nao se processou apenas a nível político. Em julho de 1944, um grupo de conceituados economistas de 44 países reuniu-se em Bretton Woods (EUA) com o fim de prever e estruturar a situação monetária e financeira do período de paz.

Convictos de que o nacionalismo económico dos anos 30 prejudicara seriamente o crescimento económico, os Estados Unidos prepararam-se para liderar uma **nova ordem económica baseada na cooperação internacional.**

Como estrutura de fundo, procedeu-se à criação de um **novo sistema monetário internacional** que garantisse a estabilidade das moedas indispensável ao incremento das trocas. O sistema assentou no **dólar como moeda-chave**.

Na mesma conferência, e com o objectivo de operacionalizar o sistema, criaram-se 2 importantes organismos:

- **o Fundo Monetário Internacional (FMI)**, ao qual recorreriam os bancos centrais dos países com dificuldades em manter a paridade fixa da moeda ou equilibrar a sua balança de pagamentos;
- **o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD)**, também conhecido como **Banco Mundial**, destinado a financiar projectos de fomento económico a longo prazo.

Só em 1947, na Conferência Internacional de Genebra, se assinou um **Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT)**, em que 23 países signatários se comprometeram a negociar a redução dos direitos alfandegários e outras restrições comerciais.

-> A ajuda americana e a contraposição soviética p.27-28

Apesar das medidas tomadas para a reorganização do pós-guerra a Europa viu-se incapaz de reerguer, sozinha, a sua economia.

É neste contexto que o secretário de Estado americano George Marshall anuncia, em Junho de 1947, um gigantesco plano de ajuda económica à Europa, convidando-a a resolver em comum os seus problemas.

Este programa de auxílio, conhecido como Plano Marshall, foi acolhido com entusiasmo pela generalidade dos países ocidentais. Para uma eficiente distribuição dos fundos do plano criou-se, em Paris, a OEEC (Organização Europeia de Cooperação Económica), que integrou os EUA e os 16 países que aceitaram a ajuda americana.

Em Janeiro de 1949, Moscovo “responde” ao Plano Marshall com o Plano Molotov, que estabelece as estruturas de cooperação económica da Europa Oriental. Foi no âmbito deste plano que se criou o COMECON (Conselho de Ajuda Económica Mútua), instituição destinada a promover o desenvolvimento integrado dos países comunistas, sob a égide da União Soviética.

A OCDE e a COMECON funcionaram como áreas económicas transnacionais, coesas e distintas uma da outra. No final, a OCDE e a COMECON contribuíram para reforçar, pela via económica, a “cortina de ferro” entre o Ocidente e a URSS.

1.1.4. A primeira vaga de descolonizações

→ Uma conjuntura favorável à descolonização p. 29-31

As 2 décadas q se seguiram à 2ª Guerra Mundial viram desaparecer extensos impérios coloniais, com séculos de existência.

A guerra abalou o prestígio dos europeus. Na Ásia, deixa bem patente a sua superioridade do Japão, potência local. Nem mesmo a sua posterior derrota frente ao poderio americano foi capaz de restabelecer o prestígio da Europa na região.

A guerra “acordou” os dominados. A incorporação de contingentes das colónias nos exércitos aliados contribuiu para a tomada de consciência da injustiça colonial.

A guerra exigiu dos territórios coloniais pesados sacrifícios, contribuindo para aumentar o descontentamento contra o dominador estrangeiro.

Finalmente, **a guerra fragilizou, em termos económicos e políticos, os Estados Europeus** que se vêem a braços com uma onda de contestação anticolonialista que não conseguem contrariar.

Aos efeitos demolidores da guerra juntaram-se as pressões exercidas pelas **duas superpotências**, que **apoiam os esforços de libertação dos povos colonizados**. Os Estados Unidos sempre se mostraram adversos à manutenção do sistema colonial. A URSS actua em nome da ideologia marxista e não desperdiça a possibilidade de entender, nos países recém-formados, o modelo soviético.

Também a **ONU**, fundada sob o signo da igualdade entre todos os povos do mundo, se constituirá como um **baluarte internacional da descolonização**.

1.2. O tempo da Guerra Fria – A consolidação de um mundo bipolar

O confronto entre as duas superpotências e os seus aliados prolongou-se até meados dos anos 80, altura em que o bloco soviético mostrou os primeiros sinais de fraqueza.

Durante este longo período, os EUA e a URSS intimidaram-se mutuamente, gerando um clima de hostilidade e insegurança que deixou o mundo num permanente sobressalto. É este clima de **tensão internacional** que designamos por **Guerra Fria**.

Guerra Fria: Expressão criada para designar o estado de tensão entre os EUA e a URSS a seguir à 2ª guerra mundial, que se caracterizou pelo facto de as duas potências não registarem qualquer confronto directo, mas interferirem em conflitos à escala regional em campos opostos.

A guerra fria foi uma autêntica “guerra de nervos” em que cada bloco se procurou superiorizar ao outro. Uma gigantesca máquina de propaganda inculcava nas populações a ideia da superioridade do seu sistema e a rejeição e o temor do lado contrário, ao qual se atribuíam as intenções mais sinistras e os planos mais diabólicos.

Mais do que ambições hegemónicas das duas superpotências, eram duas concepções opostas de organização política, via económica e estruturação social que se confrontavam: de um lado, o liberalismo, assente sobre o princípio da liberdade individual; do outro, o marxismo, que subordina o indivíduo ao interesse da colectividade.

1.2.1. O Mundo Capitalista

★ A política de alianças dos Estados Unidos

Em termos político-militares, a aliança entre os ocidentais não tardou também a oficializar-se. A tensão provocada pelo bloqueio de Berlim acelerou as negociações que conduziram, em 1949, ao Tratado do Atlântico Norte, firmado entre os Estados Unidos, o Canadá e 10 nações europeias. A operacionalização deste tratado deu origem à **Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN** (ou NATO, em inglês).

O pacto da OTAN é bem demonstrativo da desconfiança que então impregnava as relações internacionais. A aliança apresenta-se, assim, como uma organização puramente defensiva, empenhada em resistir a um inimigo que está omnipresente: a União Soviética.

Esta sensação de ameaça e a vontade de consolidar a sua área de influência lançaram os EUA numa autêntica “pactomania” que os levou a constituir um vasto leque de alianças, um pouco por todo o mundo. Para além da OTAN, firmaram-se **alianças multilaterais** na América. Estas alianças foram complementadas com diversos acordos de carácter político e económico, de tal forma que, **cerca de 1959, 3 quartas partes do mundo alinhavam, de uma forma ou de outra, pelo bloco americano**.

★ A política económica e social das democracias ocidentais

No fim da 2ª guerra mundial, o conceito de democracia adquiriu, no ocidente, um novo significado. Para além do respeito pelas liberdades individuais, do sufrágio universal e do multipartidarismo, considerou-se que o **regime democrático deveria assegurar o bem-estar dos cidadãos**.

As duas forças políticas que, nesta época, sobressaíram na Europa – o socialismo reformista e a democracia cristã – encontravam-se fortemente imbuídas de preocupações sociais.

Embora de quadrantes muito diferentes, socialistas e democratas-cristãos saíram da guerra prestigiados.

É assim que, logo em 1945, as eleições inglesas dão a vitória ao Partido Trabalhista, liderado por Clement Atlee, que substitui Winston Churchill (Partido Conservador) à frente do governo britânico.

Um pouco por todo o lado, partidos de orientação idêntica viram elevar-se os seus resultados eleitorais tendo, em alguns casos, tomando também as rédeas do poder, como aconteceu na Holanda, nos países Escandinavos (Dinamarca, Noruega, Suécia) e na República Federal Alemã.

Os adeptos da **social-democracia** conjugam a defesa do pluralismo democrático e dos princípios da livre concorrência económica com o intervencionismo do Estado, cujo objectivo é o de regular a economia e promover o bem-estar dos cidadãos.

Social-Democracia: Corrente ideológica cujas origens remontam ao pensamento de Eduard Bernstein, nos finais do séc.XIX, que, partindo da crítica ao sistema capitalista e à necessidade de revisão do marxismo, ao negar nomeadamente a luta de classes, defendeu a construção do socialismo através de reformas graduais levadas a cabo por governos resultantes de processos eleitorais democráticos.

A **democracia-cristã** tem a sua origem na doutrina social da igreja que condena os excessos do liberalismo capitalista, atribuindo igualmente aos estados a missão de zelar pelo bem-comum.

Os democratas-cristãos consideram que o plano temporal e espiritual embora distintos, não se podem separar. Os princípios do cristianismo devem enformar todas as acções dos cristãos. Propõem uma orientação profundamente humanista, alicerçada na liberdade, na justiça e na solidariedade. Procura-se subverter o espírito essencialmente laico da democracia transformando-o num campo de aplicação de valores intrinsecamente cristãos.

Sociais-Democratas e Democratas-cristãos convergem no mesmo propósito de promover **reformas económicas e sociais profundas**. Na Europa do pós-guerra, os governos lançam-se num vasto programa de **nacionalizações**. O Estado torna-se o principal agente económico do país, o que lhe permite exercer a sua função reguladora da economia.

Paralelamente, revê-se o sistema de impostos, reforçando-se o carácter progressivo das taxas. Um tal conjunto de medidas modificou, de forma profunda, a concepção liberal de Estado dando origem ao Estado Providência.

● A afirmação do Estado-Providência

A superação das dificuldades associadas à crise de 1929 implicou o aumento da intervenção do Estado nos planos económico e social e o nascimento do **Estado-Providência** ou do bem-estar social [onde cada cidadão tem asseguradas as suas necessidades básicas “do berço ao túmulo”].

Ainda durante a guerra, o empenhamento do Estado nas questões sociais foi activamente defendido por Beveridge. Este confiava que um sistema social alargado teria como efeito a eliminação dos “cinco grandes males sociais”: carência, doença, miséria, ignorância e ociosidade.

A abrangência das **medidas adoptadas em Inglaterra** e a ousadia do estabelecimento de um sistema de saúde assente na gratuidade total dos serviços médicos e extensivo a todos os cidadãos, **serviram de modelo à maioria dos países europeus**.

O sistema de protecção social generaliza-se a toda a população: passando a acautelar as situações de desemprego, acidente, velhice e doença; estabelecem-se prestações de ajuda familiar. **Ampliam-se as responsabilidades do Estado** no que respeita à habitação, ao ensino e à assistência médica.

Este conjunto de medidas visa um duplo objectivo:

- Reduz a miséria e o mal-estar social contribuindo para uma repartição mais equitativa da riqueza;
- Assegura uma certa estabilidade à economia, já que evita descidas drásticas da procura como a que ocorreu durante a crise dos anos 30.

● A prosperidade Económica

O crescimento económico do pós-guerra estruturou-se em bases sólidas. Os governos não só assumiram grandes responsabilidades económicas, como delinearam planos de desenvolvimento coerentes, que permitiram estabelecer prioridades, rentabilizar a ajuda Marshall e definir directrizes futuras. Externamente, os acordos de Bretton Woods e a criação de espaços económicos alargados (como a CEE) tiveram um papel semelhante, harmonizando e fomentando as relações económicas internacionais.

O **capitalismo** emergiu dos escombros da guerra e **atingiu o seu auge**. Entre 1945 e 1973, a produção mundial mais do que triplicou. As economias cresceram de forma contínua, sem períodos de crise. As taxas de crescimento especialmente altas de certos países, como a RFA, a França, o Japão, surpreenderam os analistas, que começaram a referir-se-lhes como “milagre económico”. **Estes cerca de 30 anos de uma prosperidade material sem precedentes** ficaram na História como os “Trinta Gloriosos”.

A expansão económica dos 30 Gloriosos conjuga o desenvolvimento de processos já iniciados com aspectos completamente novos. Podemos destacar:

- A aceleração do progresso tecnológico, que atingiu todos os sectores;
- O recurso ao petróleo como matéria energética por excelência, em detrimento do carvão;
- O aumento da concentração industrial e do número de multinacionais;
- A modernização da agricultura;
- O aumento significativo da população activa. Para além de mais numerosa, a mão-de-obra tornou-se também mais qualificada;
- O crescimento do sector terciário.

★ A sociedade de consumo

O efeito mais evidente dos Trinta Gloriosos foi a generalização do conforto material. A sociedade de consumo transformou os lares e o estilo de vida da maioria da população dos países capitalistas.

Nesta sociedade de abundância, o cidadão comum é permanentemente estimulado a despender mais do que o necessário. Multiplicam-se os grandes espaços comerciais, verdadeiros santuários do consumo, onde os objectos, estrategicamente dispostos, se encontram ao alcance da mão do potencial comprador. Uma publicidade bem orquestrada lembra as pequenas e grandes maravilhas a que todos “têm direito” e que as vendas a crédito permitem adquirir.

O consumismo instala-se duradouramente e torna-se o emblema das economias capitalistas da segunda metade do século XX.

1.2.2 O Mundo Comunista

Quando o 2º conflito mundial terminou a URSS foi responsável pela implantação de regimes comunistas, inspirados no modelo soviético, por todo o mundo.

Após a 2ª Guerra Mundial, o reforço da posição militar soviética e o desencadear do processo de descolonização criaram condições favoráveis quer à extensão do comunismo, quer ao estreitamento dos laços de amizade e cooperação entre Moscovo e os países recentemente independentes. A URSS saiu, assim, do isolamento a que estivera votada desde a Revolução de Outubro, alargando a sua influência nos 4 continentes.

- **Europa**

A primeira vaga da extensão do comunismo atingiu a Europa Oriental e fez-se sob a pressão directa da URSS. Entre Julho de 1947 e Julho de 1948, as coligações governamentais desfizeram-se: o partido comunista tornou-se partido único.

Os novos países socialistas receberam a designação de **democracias populares**.

Democracias Populares: Designação dada ao regime do partido único instituído nos países do Leste Europeu, construído à semelhança do modelo soviético, e que, adoptando a ideologia comunista, exerceu o poder de forma absoluta e controlou toda a sociedade.

Defendem que a gestão do Estado pertence, em exclusivo, às classes trabalhadoras. Estas, que constituem a esmagadora maioria da população, "exercem o poder" do Partido Comunista.

Depois da implantação do comunismo, a URSS exerceu um apertado controlo sobre os seus novos aliados.

Em 1955, os laços entre as democracias populares foram reforçados com a constituição do Pacto de Varsóvia, aliança militar que previa a resposta conjunta a qualquer eventual agressão. O Pacto Varsóvia constituiu uma organização completamente oposta à OTAN. A união soviética impôs um modelo único, do qual não admitiu desvios.

Em 1956, na Hungria, e em 1968, em Praga (Checoslováquia), a URSS reprimiu, com os tanques militares do Pacto de Varsóvia, os levantamentos sociais que contestavam o poder soviético.

Em 1961, a fim de evitar a passagem de cidadãos de Berlim Leste para Berlim Oeste, de onde fugiram para a RFA e para outros países ocidentais, a RDA ordenou a construção do muro de Berlim.

- **Ásia**

Fora da Europa, o único país em que a implantação do regime comunista se ficou a dever à intervenção directa da URSS foi a Coreia. Entre 1950 e 1953 desenrolou-se, na Coreia, uma guerra civil entre o norte, a República Popular da Coreia, comunista, apoiada pela URSS e o sul, a República Democrática da Coreia, capitalista, sustentada pelos Estados Unidos. O final da guerra não unificou o país, tornando-se mais uma das questões por resolver da Guerra Fria.

Nos restantes casos, o triunfo do partido comunista ficou a dever-se a movimentos revolucionários nacionais que contaram, no entanto, com o incentivo ou o apoio declarado da URSS.

Tal é o caso da China, onde, em Outubro de 1949, Mao Tsé-Tung proclamou a instauração de uma República Popular. Apesar de, posteriormente, se ter afastado da URSS, a China seguiu, nos primeiros anos do regime comunista, o modelo político e económico do socialismo russo.

- **América Latina**

O ponto fulcral da expansão comunista na América Latina foi Cuba, onde, um grupo de revolucionários, sob o comando de Fidel Castro e do Che Guevara.

A influência soviética em Cuba confirma-se quando, em 1962, aviões americanos obtêm provas fotográficas da instalação, na ilha, de mísseis russos de médio alcance, capazes de atingir o território americano.

A exigência firme de retirada dos mísseis, feita pelo presidente Kennedy, coloca o mundo perante a eminência de uma guerra nuclear entre as duas superpotências.

Fruto do seu alinhamento com o bloco soviético, Cuba desempenhará também um papel activo na proliferação do comunismo.

- **África**

A adopção de regimes sociais coincidiu com a 2ª vaga de descolonizações (por ex: nos anos 70 as ex-colónias africanas de Angola e Moçambique tornaram-se Estados Socialistas).

- ★ **Opções e Realizações da economia de direcção central**

Após a 2ª Guerra Mundial, a planificação da economia nos regimes socialistas propiciou uma recuperação rápida dos prejuízos causados pelo esforço de guerra. Os planos quinquenais apostavam, sobretudo, na indústria pesada (siderurgia) e nas infra-estruturas. A URSS e os países de modelo soviético registaram um crescimento industrial tão significativo que ascenderam à 2ª posição da indústria mundial.

No entanto, a par destas realizações, as economias da direcção central (dirigidas pelo Estado o qual abolia a iniciativa privada) evidenciavam fraquezas estruturais que comprometiam a longo prazo o seu sucesso:

O nível de vida das populações não acompanha esta evolução económica.

- As jornadas de trabalho matem-se excessivas;
- Os salários sobem a um ritmo muito lento e as carências de bens de toda a espécie mantêm-se;
- A agricultura, a construção habitacional, as indústrias de consumo e o sector terciário avançam lentamente.

Nas cidades, que a industrialização fez crescer a um ritmo muito rápido, a população amontoa-se em bairros periféricos. As longas filas de espera para adquirir os bens essenciais tornam-se uma rotina diária.

★ Os bloqueios Económicos

Passando o primeiro impulso industrializador, as economias planificadas começam a mostrar, de forma mais evidente, as suas debilidades:

- A planificação excessiva entorpece as empresas, que não gozam de autonomia na selecção das produções, do equipamento e dos trabalhadores, na fixação de salários e preços, ou na escolha de fornecedores e clientes;
- Uma gestão burocrática limita-se a procurar cumprir as quantidades previstas no plano, sem atender à qualidade dos produtos ou ao potencial de rentabilidade dos equipamentos e da numerosíssima mão-de-obra;
- Nas unidades agrícolas, a falta de investimento, a má organização e o desalento dos camponeses reflectem-se de forma severa na produtividade.

Implementou-se, nos **anos 60**, um conjunto vasto de reformas em praticamente todos os países da Europa Socialista. O exemplo é dado pela União Soviética.

Um novo plano, iniciado em 1959, reforça o investimento nas indústrias de consumo, na habitação e na agricultura. Ao mesmo tempo, a duração do trabalho semanal reduz-se (de 48 para 42 horas) bem como a idade da reforma, que se estende, aos trabalhadores agrícolas.

No entanto, os efeitos destas medidas ficaram muito aquém das expectativas. Na década de 70, sob a liderança de Leonidas Brejnev, a corrupção e a burocracia avolumaram-se, o que se traduziu pelo agudizar da **estagnação**.

As dificuldades soviéticas reflectiram-se, de forma mais ou menos grave, em todos os países satélites. A estagnação das economias de direcção central reflecte, sobretudo, as falhas do sistema, que se foram agravando ao longo das décadas.

1.2.2 A escala armamentista e o início da era espacial

★ A escala armamentista

Para além dos esforços postos na constituição de alianças internacionais, os 2 blocos procuravam preparar-se para uma eventual guerra, investindo grandes somas na concepção e fabrico de armamento cada vez mais sofisticado.

Nos primeiros anos do pós-guerra, os Estados Unidos tinham o segredo da bomba atómica, que consideravam a sua melhor defesa.

Quando, em Setembro de 1949, os Russos fizeram explodir a sua primeira bomba atómica, a confiança dos Americanos desmoronou-se.

Em 1952 os americanos testavam, no Pacífico, a 1ª bomba de hidrogénio, com uma potência 1000 vezes superior à bomba de Hiroxima.

A corrida ao armamento tinha começado. No ano seguinte, os Russos possuíam também a bomba de hidrogénio e o ciclo reiniciou-se, levando as duas superpotências à produção maciça de armamento nuclear. O mundo viu também multiplicarem-se as armas ditas convencionais. No fim de 1950, os americanos consideravam obrigatório aumentar, tão depressa quanto possível, a força aérea, terrestre e naval em geral e a dos aliados num ponto em que não estivessem tão fortemente dependentes de armas nucleares.

O investimento ocidental nas armas convencionais desencadeou, como era de esperar, uma igual estratégia por parte da URSS [afectou, em 1952, 80% do orçamento de Estado para despesas militares]

Cada um dos blocos procurava persuadir o outro de que usaria, sem hesitar, o seu potencial atómico em caso de violação das respectivas áreas de influência. O mundo tinha resvalado, nas palavras de Churchill, para o equilíbrio instável do terror.

★ O início da era espacial

Durante a 2ª Guerra Mundial a Alemanha tinha secretamente desenvolvido a tecnologia dos foguetes e criado os primeiros mísseis. Em 1945, os cientistas envolvidos neste projecto emigraram para a URSS e para os Estados Unidos, onde desempenharam um papel relevante nos respectivos programas espaciais.

A URSS colocou-se à cabeça da conquista do espaço [em Outubro-1957 coloca em órbita o 1º satélite artificial da história].

A desolação dos Americanos, que até aí tinham considerado a URSS tecnologicamente inferior, foi grande. Na ânsia de igualarem a proeza russa, anteciparam o lançamento do seu próprio satélite, mas o foguetão que o impulsionava explodiu e a experiência foi um fracasso.

Nos anos que se seguiram, a aventura espacial alimentou o orgulho nacional das duas nações.

1.3. A afirmação de novas potências

1.3.1. O rápido crescimento do Japão

★ Os factores de desenvolvimento / O “milagre Japonês”

O “milagre japonês” beneficiou de uma conjuntura favorável. A ocupação americana modernizou as estruturas políticas e sociais do país. Os Estados Unidos disponibilizaram importantes ajudas financeiras e técnicas que permitiram uma rápida reconstrução económica (através do *Plano Dodge*); fizeram aprovar a Constituição de 1945; incentivaram o controlo da natalidade e o acesso ao ensino. Após a vitória de Mao Tsé-Tung na China, em 1949, o Japão passou a ser visto como um precioso aliado do bloco ocidental no Oriente.

Estabilidade política, assegurada pelo Partido Liberal-Democrata no poder desde 1955.

A mentalidade japonesa foi também um importante factor de crescimento. Os lucros foram reinvestidos continuamente e os trabalhadores chegavam a doar à empresa os seus pequenos aumentos de salário para promover a renovação tecnológica.

Esta ligação afectiva entronca na tradição japonesa do trabalho vitalício que transforma o patrão no protector dos seus funcionários, os quais, por sua vez, dedicam uma incondicional lealdade à empresa.

Munido de mão-de-obra abundante e barata e de um sistema de ensino abrangente mas altamente competitivo, o Japão lançou-se à tarefa de se transformar na 1ª sociedade de consumo da Ásia.

O primeiro desenvolvimento da economia japonesa decorreu entre 1955 e 1961. Neste curto período, a produção industrial praticamente triplicou.

Os sectores que, neste período, adquirem maior dinamismo são os da indústria pesada (construção naval, máquinas-ferramentas, química) e dos bens de consumo duradouros (tv's, rádios, frigoríficos, etc.)

O comércio externo acompanha esta expansão: as exportações duplicam, assim como as importações.

Depois de um período de estagnação, no início dos anos 60, a economia japonesa conheceu um 2º surto de crescimento tão possante quanto o anterior.

Entre 1966 e 1971, a produção industrial duplicou e criaram-se 2,3 milhões de novos postos de trabalho. Além do desenvolvimento dos sectores clássicos (como a siderurgia) este surto de crescimento assenta, sobretudo, em novos sectores (produção de automóveis, tv's a cores...)

Este 2º desenvolvimento fez do Japão a 3ª maior potência económica mundial, atrás dos EUA e da URSS.

1.3.2. O Afastamento da China do bloco soviético

O comunismo chinês foi marcado pela personalidade carismática do seu líder Mao Tsé-Tung.

Ao contrário do marxismo tradicional, Mao enfatizava o papel dos camponeses, aos quais atribuía a liderança revolucionária -> **maoísmo**.

Maoísmo: Regime instalado na China pelo Partido Comunista Chinês, chefiado por Mao Tsé-Tung, diferenciado do marxismo-leninismo, sua principal fonte de inspiração, pela substituição do proletariado pelo campesinato enquanto classe revolucionária, e pela Revolução Cultural, no sentido de acelerar a construção do comunismo.

O maoísmo assumiu como objectivo a revolução total protagonizada pelas massas e não pelas estruturas de Poder, para isso, recorreu a grandes campanhas de natureza ideológica.

➔ Devia-se "*agir de acordo com as necessidades e as aspirações das massas*"

Mao lança, em 1957, uma campanha de "rectificação" dos erros cometidos pelo Partido, cuja actuação parecia afastar-se das massas.

Esta política foi complementada, em 1958, com o "grande salto em frente": que tinha por base o fomento da agricultura e a integração dos camponeses em comunas populares lideradas pelo Partido Comunista Chinês. A prioridade à indústria pesada foi então posta de lado e a ênfase passou para os campos, onde se deviam desenvolver tanto as produções agrícolas como pequenas indústrias locais. No entanto, esta reforma redundou em fracasso (1960), pois os meios técnicos eram reduzidos e os métodos de trabalho utilizados nas oficinas eram antiquados.

Em vez da subserviência a Moscovo, Mao estabeleceu, ele mesmo, os fundamentos doutrinares de um socialismo nacionalista. Criticou o comunismo de Kruchchev, acusando-o de não "escutar a opinião das massas".

Em 1964 o culto a Mao e ao maoísmo foi estimulado através da chamada Revolução Cultural, movimento que pretendia aniquilar todas as manifestações culturais – na literatura, na arte, no ensino – que se afastassem do modelo socialista de Mao. A propaganda ideológica tinha por base o "livro vermelho" que reunia citações de Mao e que era venerado como detentor da verdade absoluta. A revolução cultural deu origem a excessos de agitação social que resultaram na humilhação, perseguição e assassinio de muitos cidadãos considerados contra-revolucionários.

Os esforços de Mao foram coroados de êxito quando, em 1971, o país entra para a ONU.

1.3.3. A ascensão da Europa

A Europa reconheceu a sua herança cultural comum e a necessidade de se unir para reencontrar a prosperidade económica e, se possível, a sua influência política.

★ Da CECA à CEE

O Primeiro passo consistente para a cooperação europeia resultou da Declaração Shuman, que pretendia a cooperação entre a França e a Alemanha no domínio da produção do carvão e do aço. Desta iniciativa resultou a CECA – Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (Alemanha, França, Itália, Bélgica, Holanda e Luxemburgo). A CECA estabeleceria uma zona conjunta minero-siderúrgica sob a orientação de uma Alta Autoridade supranacional.

Em 1957, surge, finalmente, a Comunidade Económica Europeia – CEE, constituída pelos 6 países referidos. A CEE, cujos fundamentos foram expressos no Tratado de Roma (1957) tinha objectivos predominantemente económicos:

- Estabelecimento de um mercado comum;
- Aproximação progressiva das políticas económicas;
- Expansão económica contínua e equilibrada;
- Livre prestação de serviços;

- Estabelecimento de uma política comum na área da agricultura, dos transportes e da produção energética – é criada a EURATOM [Comissão Europeia de Energia Atómica – com um funcionamento independente da CEE]

A união aduaneira prevista no Tratado de Roma veio a concretizar-se em 1968, traduzindo-se, desde logo, num forte aumento das trocas intercomunitárias.

1.3.3. A segunda vaga de descolonizações

A política de Não-Alinhamento

★ A descolonização Africana

O processo de descolonização em África seguiu o sentido norte-sul: primeiramente tornaram-se independentes os países do norte de África e, progressivamente, os países da África Negra foram reclamando autonomia, onde se organizam também **movimentos nacionalistas** que encabeçam a luta contra o estado colonizador.

Movimentos Nacionalistas: Expressão utilizada para designar a afirmação de valores, de interesses e de especificidades socioculturais que diferenciam uma nação de outras e que, no caso das colónias dependentes de países europeus, se confundiu com os movimentos de libertação constituídos com o objectivo de conseguir a autodeterminação das colónias.

Com o fim de criarem um sentimento de identidade nacional e de fazerem reviver o orgulho perdido, os líderes nacionalistas promovem a revalorização das raízes ancestrais do seu povo, a sua cultura comum, difundindo a ideia de que ela é tão válida como a civilização dos europeus civilizadores.

A luta pela independência assume, assim, a dupla vertente de uma luta política e de uma luta contra a pobreza e o atraso económico

O processo independentista contou com o apoio da ONU, que, honrando os ideais de igualdade e justiça, se colocou inequivocamente ao lado dos povos dominados. Em 1960, a Assembleia Geral aprovou a Resolução de 1514 que consagra o direito à autodeterminação dos territórios sob administração estrangeira e condena qualquer acção armada das metrópoles.

1960 -> "O ano da descolonização", o mundo viu nascer 18 novos países.

★ Um Terceiro Mundo

Nas 3 décadas que se seguiram ao conflito mundial constituíram-se cerca de 70 novos países na Ásia e na África -> são estes que constituem o Terceiro Mundo.

{ Um "país de Terceiro Mundo" é aquele onde a população, muito numerosa, é maioritariamente pobre, a tecnologia é atrasada, os cidadãos têm difícil acesso a bens essenciais, a TMI é elevada e a EMV é mais baixa do que no mundo desenvolvido. }

Nascido da descolonização, o Terceiro Mundo permaneceu sob a dependência económica dos países ricos.

Estes países continuaram a explorar, através de grandes companhias, as matérias-primas, minerais e agrícolas do mundo subdesenvolvido, fornecendo-lhe, como no passado, produtos manufacturados.

Tal situação tem perpetuado o atraso destas regiões: por um lado, os lucros das companhias não são reinvestidos no local; por outro, enquanto o preço dos produtos industriais têm vindo a subir, o valor das matérias-primas, tem decaído

Considerada um verdadeiro **neocolonialismo**, tal situação foi, desde logo, denunciada pelas nações do Terceiro Estado, que reivindicaram, sem sucesso, a criação de uma “nova ordem económica internacional”.

Neocolonialismo: Palavra que designa algumas formas de domínio financeiro, tecnológico, económico, político ou cultural de um Estado sobre as suas antigas colónias ou sobre estados recentemente descolonizados.

★ A política de não-alinhamento

Para além da sua acepção económica, social, a expressão do Terceiro Mundo reveste também uma conotação política: os novos países representam a possibilidade de uma terceira via, uma alternativa relativamente aos blocos capitalista e comunista.

Os países saídos da descolonização cedo se esforçaram por estreitar os laços que os unem e por marcar posição na política internacional. Em 1955 convoca-se uma conferência para definir as linhas gerais de actuação dos países recém-formados. A conferência, em **Bandung**, na Indonésia, reuniu 29 delegações afro-asiáticas.

Foi possível adoptar um conjunto de princípios que definem as posições políticas do Terceiro Mundo: condenação do colonialismo, rejeição da política dos blocos, apelo à resolução pacífica dos diferendos internacionais.

A conferência da Bandung teve um efeito notável no processo de descolonização

A mensagem da Bandung foi tomando corpo através de sucessivos encontros internacionais que desembocaram no Movimento dos Não-Alinhados, criado oficialmente na conferência de Belgrado, empenhando-se no estabelecimento de uma via política alternativa à bipolarização mundial.

O não-alinhamento atraiu um número crescente de países da Ásia, da África e da América e tornou-se o símbolo do sonho de independência e de liberdade das nações mais frágeis.

Embora muitas vezes designado por *neutralismo*, este movimento não teve por objectivo permanecer neutro face às grandes questões mundiais.

1.4. O termo da prosperidade económica: origens e efeitos

Os “trinta gloriosos” anos de abundância e crescimento económico do mundo capitalista cessaram bruscamente, em 1973

A crise afectou essencialmente os sectores siderúrgico, a construção naval e automóvel bem como o têxtil. Muitas empresas fecharam, outras reconverteram a sua produção e o desemprego subiu em flecha.

Paralelamente a inflação tornou-se galopante. Este fenómeno inédito recebeu o nome de estaglação, termo que aglutina as palavras estagnação e inflação.

★ Os factores da crise

A interrupção do crescimento económico nos anos 70 deveu-se, sobretudo, à conjugação de 2 factores: a crise energética e a instabilidade monetária.

Nos finais da década de 60, o petróleo era a fonte de energia básica de que dependiam os países industrializados.

Em 1973, os países do Médio Oriente, membros da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) decidiram subir o preço de venda do petróleo para o quádruplo, numa tentativa de pressionar o Ocidente a desistir de auxiliar Israel na guerra israelo-palestiniana.

Em 1979, a situação agravar-se-á com novas subidas de preço devido à crise política no Irão e à posterior guerra Irão-Iraque.

Estes "choques petrolíferos" que multiplicaram por 12 o preço do petróleo provocaram um acentuado aumento dos custos de produção dos artigos industriais e, consequentemente, o encarecimento dos artigos junto do consumidor, gerando uma escalada da inflação.

Um outro factor determinante desta depressão económica foi a instabilidade monetária.

A excessiva quantidade de moeda posta em circulação pelos Estados Unidos levou o presidente Nixon a suspender a convertibilidade do dólar em ouro, o que desregulou o sistema monetário internacional. Segundo alguns analistas, foi esta instabilidade monetária, mais do que a crise energética, a responsável pelo enfraquecimento económico dos anos 70.

★ Uma crise relativa

A crise dos anos 70 introduziu um novo ciclo económico que intercala períodos de crescimento e estagnação.

Ainda que a um ritmo mais lento, o crescimento económico manteve-se, alguns sectores industriais reconverteram-se, enquanto outros, ligados às novas tecnologias conheceram um forte impulso.

Também no aspecto social esta crise não atingiu a dimensão estratégica da Grande Depressão. As estruturas do Estado Providência, reforçadas após o 2º conflito mundial, cumpriram cabalmente o seu papel, amparando o desemprego e evitando situações de miséria extrema e generalizada.

Modulo 8: [2] Portugal: do autoritarismo à democracia

2.1. Imobilismo político e crescimento económico do pós-guerra a 1974

A posição de neutralidade que Portugal assumiu na 2ª Guerra Mundial permitiu a sobrevivência do regime salazarista.

Desfasado politicamente em relação à Europa democrática, o nosso país não soube também acompanhar o ritmo económico das nações mais desenvolvidas, o atraso português persistiu e, em certos sectores, como o agrícola, agravou-se.

2.1.1. Coordenadas económicas e demográficas

★ A estagnação do mundo rural

O país agrário continuava um mundo sobrepovoado e pobre, com índices de produtividade que, em geral, não atingiam sequer a metade da média europeia.

Os estudos sobre a situação da agricultura portuguesa apontavam como essencial o redimensionamento da propriedade, que apresentava uma profunda assimetria Norte-Sul: no Norte predominava o minifúndio, que não possibilitava mecanização; no Sul estendiam-se propriedades imensas, que se encontravam subaproveitadas. Havia também que rever a situação dos rendeiros.

Face a esta situação, a partir de 1953, foram elaborados Planos de Fomento para o desenvolvimento industrial. O I Plano (1953-1958) e o II Plano (1959-1964) davam continuidade ao modelo de autarcia e à substituição de importações. É só a partir de meados dos anos 60, com o Plano Intercalar de Fomento (1965-1967) e o III Plano (1968-1973), que o Estado Novo delineia uma nova política económica:

- Defende-se a produção industrial orientada para a exportação;
- Dá-se prioridade à industrialização em relação à agricultura;
- Estimula-se a concentração industrial;
- Admite-se a necessidade de rever a lei do condicionamento industrial (que colocava entraves à livre concorrência).

A década ficou marcada por um decréscimo brutal da taxa de crescimento do Produto Agrícola Nacional e por um êxodo rural maciço.

★ A emigração

Década de 60 -> período de emigração mais intenso de toda a nossa história.

Nesta década, para além da atracção pelos altos salários do mundo industrializado, há que ter em conta os efeitos da guerra colonial.

O contingente migratório português era constituído maioritariamente por trabalhadores em actividade, predominantemente, entre os 15 e os 19 anos. Os principais países de destino eram França e RFA, seguidos da Venezuela, Canadá e os EUA.

Mais de metade desta emigração fez-se clandestinamente. A legislação portuguesa subordinava o direito de emigrar colocando-lhe várias restrições, como a exigência de um

certificado de habilitações mínimas. Com o deflagrar da guerra colonial, juntou-se a estes requisitos a exigência do serviço militar cumprido, obrigação a que muitos pretendiam escapar. Sair “a salto” tornou-se a opção de muitos portugueses.

O Estado procurou salvaguardar os interesses dos nossos emigrantes, celebrando acordos com os principais países de acolhimento. O País passou, por esta via, a receber um montante muito considerável de divisas: as remessas dos emigrantes.

Tal facto, que muito contribuiu para o equilíbrio da nossa balança de pagamentos e para o aumento do consumo interno, induziu o Governo a despenalizar a emigração clandestina e a suprimir alguns entraves.

A emigração desfalcou o País de trabalhadores, contribuiu para o envelhecimento da população e privou do normal convívio com as famílias um grande nº de portugueses.

★ O surto industrial

A política de autarcia empreendida pelo Estado Novo não atingiu os seus objectivos. Quanto os países que tradicionalmente nos forneciam se envolveram na guerra, os abastecimentos tornaram-se precários e espalhou-se a penúria e a carência.

Assim, logo em 1945, a Lei do Fomento e Reorganização Industrial estabelece as linhas mestras da política industrializadora dos anos seguintes, considerando que o seu objectivo final é a substituição das importações.

O nosso país assinou, em 1948, o pacto fundador da OECE e, embora tenhamos beneficiado em pouco, a participação na OECE reforçou a necessidade de um planeamento económico, conduzindo à elaboração dos Planos de Fomento que, a partir de 1953, caracterizam a política de desenvolvimento do Estado Novo.

O I Plano de Fomento prevê um conjunto de investimentos públicos de cerca de 7,5 milhões de contos a distribuiu por vários sectores, com prioridade para a criação de infra-estruturas (electricidade, transportes e comunicações).

No II Plano alarga-se o montante investido para 21 milhões de contos e elege-se a indústria transformadora de base como sector a privilegiar (siderurgia, refinação de petróleos, adubos, químicos, celulose...)

Os anos 60 trouxeram, porém, alterações significativas à política económica portuguesa. No decurso do II Plano, o nosso país viria a integrar-se na economia europeia e mundial: em Janeiro de 1960, Portugal torna-se um dos países fundadores da EFTA – associação europeia de comércio livre -, ainda no mesmo ano, 2 decretos de lei aprovam o acordo do BIRD e do FMI; em 1962 assina-se, em Genebra, o protocolo do GATT.

A adesão a estas organizações marca a inversão na política da autarcia do Estado Novo. O Plano Intercalar de Fomento enfatiza já as exigências da concorrência externa inerente aos acordos assinados, e a necessidade de rever o condicionamento industrial. O grande ciclo salazarista aproximava-se do fim.

Em 1968, a nomeação de Marcello Caetano para o cargo de presidente do conselho inaugura, com o III Plano de Fomento, uma orientação completamente nova.

Esta política conduziu à consolidação dos grandes grupos económico-financeiros e ao acelerar do crescimento nacional, que atingiu, então, o seu pico. No entanto, o País continuou a sentir as exigências da guerra colonial e o seu enorme atraso face à Europa desenvolvida.

★ A urbanização

Nos anos 50 e 60, Portugal conheceu uma urbanização intensa que absorveu, em parte, o êxodo rural. Crescem, sobretudo, as cidades do litoral oeste, entre Braga e Setúbal, onde se concentram as indústrias e os serviços. Em Lisboa e Porto, as maiores cidades portuguesas, propagam-se subúrbios, onde se fixam os que não podem pagar o custo crescente das habitações do centro. Nestes arredores concentra-se a maior parte da sua população activa.

Esta expansão urbana não foi acompanhada da construção das infra-estruturas necessárias ao acolhimento de uma população de poucos recursos. Fruto destes desajustamentos, aumentam as construções clandestinas, proliferam os bairros de lata, degradam-se as condições de vida (incremento da criminalidade, da prostituição...). As longas esperas pelos meios de transporte e a viagem em condições de sobrelotação tornam-se a rotina quotidiana de quem vive nos subúrbios.

No entanto, o crescimento urbano teve também efeitos positivos, contribuindo para a expansão do sector dos serviços e para um maior acesso ao ensino e aos meios de comunicação.

★ O fomento económico nas colónias

Até aos anos 40, o Estado Novo desenvolvera um colonialismo típico. As décadas seguintes seriam marcadas por um reforço da colonização branca, pela escalada dos investimentos públicos e privados e pela maior abertura ao capital estrangeiro. Angola e Moçambique receberam uma atenção privilegiada.

Os investimentos do Estado nas colónias, a partir de 1953, foram incluídos nos Planos de Fomento.

O Estado procedeu, primeiro, à criação de infra-estruturas: caminhos-de-ferro, estradas, pontes, aeroportos, portos, centrais hidroeléctricas. Ao mesmo tempo, desenvolveram-se os sectores agrícolas (sisal, açúcar e café em Angola; oleaginosas, algodão e açúcar em Moçambique) e extractivos (diamantes, petróleo e minério de ferro, em Angola), virados para o mercado externo.

No que se refere ao sector industrial, as duas colónias conhecem um acentuado crescimento, propiciado pela progressiva liberalização da iniciativa privada, pela extensão do mercado interno e pelo reforço dos investimentos nacionais e estrangeiros.

O fomento económico das colónias recebeu um forte impulso após o início da guerra colonial.

A ideia da coesão entre a metrópole e as colónias viu-se reforçada (em 1961) com a criação do Espaço Económico Português (EEP) que previa a constituição de uma área económica unificada, sem quaisquer entraves alfandegários. No entanto, a subordinação das economias ultramarinas aos interesses de Portugal, bem como os diferentes graus de desenvolvimento dos territórios coloniais, acabaram por inviabilizar a efectivação deste "mercado único".

2.1.2 A radicalização das oposições e o sobressalto político de 1958

O final da 2ª Guerra Mundial trouxe o desmantelamento das estruturas do fascismo na Europa. Porém, em Portugal, permanecia vigente a ditadura salazarista, de tipo fascista. Salazar encenou, então, uma viragem política, aparentando uma maior abertura, a fim de preservar o poder.

Neste contexto, o governo toma a iniciativa de antecipar a revisão constitucional, dissolver a Assembleia Nacional e convocar eleições antecipadas, que Salazar anuncia “tão livres como na livre Inglaterra”.

Em 1945, os portugueses foram convidados a apresentar listas de candidatura às eleições legislativas (para eleger os deputados da Assembleia Nacional). A oposição democrática (conjunto dos opositores ao regime no segundo pós-guerra) concentrou-se em torno do **MUD (Movimento de Unidade Democrática)**, criado no mesmo ano.

O impacto deste movimento, que dá início à chamada **oposição democrática**, ultrapassou todas as previsões.

Oposição Democrática: Expressão que designa o conjunto de forças políticas heterodoxas (monárquicos, republicanos, socialistas e comunistas) que, de forma legal ou semi-legal, se opunham ao Estado Novo, adquirindo visibilidade, face aos constrangimentos impostos às liberdades pelo regime, em épocas eleitorais.

Para garantir a legitimidade no acto eleitoral, **o MUD formula algumas exigências**, que considera **fundamentais**:

- O adiamento das eleições por 6 meses (a fim de se instituírem partidos políticos);
- A reformulação dos cadernos eleitorais;
- Liberdade de opinião, reunião e de informação.

As esperanças fracassaram. Nenhuma das reivindicações do Movimento foi satisfeita e este desistiu por considerar que o acto eleitoral não passaria de uma farsa. A apreensão das listas pela PIDE permitiu perseguir a oposição democrática.

Em 1949 o nosso país tornou-se membro fundador da NATO, o que equivalia a uma aceitação clara do regime pelos parceiros desta organização.

Também em 1949, assiste-se à **candidatura de Norton de Matos às eleições presidenciais**. No entanto, face a uma severa repressão Norton de Matos apresentou também a sua desistência pouco antes das eleições.

Nos anos que se seguiram, a oposição democrática dividiu-se e enfraqueceu. O Governo pensou ter controlado a situação até que, em **1958**, a **candidatura de Humberto Delgado** a novas eleições presidenciais desencadeou um terramoto político.

O “General sem Medo” mostrou um carisma e uma determinação surpreendentes, que entusiasmaram o País. O anúncio do seu propósito de não desistir das eleições e a forma destemida como anunciou a sua intenção de demitir Salazar caso viesse a ser eleito, fizeram da sua campanha um **acontecimento único no que respeita à mobilização popular**. De tal forma que o governo procurou limitar-lhe os movimentos, acusando-o de provocar “agitação social, desordem e intranquilidade pública”.

O resultado oficial das eleições deu vitória por esmagadora maioria (75%) ao candidato da União Nacional (Almirante Américo Tomás). Não havia dúvidas de que as eleições tinham sido uma farsa.

Enquanto a instabilidade crescia, a ditadura portuguesa mostrava bem o seu carácter repressivo ao fazer em apenas 2 anos mais 1200 presos políticos e ao reprimir, com mortos e feridos, as manifestações do 31 de Janeiro, 5 de Outubro e 1º de Maio.

Quando a Humberto Delgado, teve exilado no Brasil onde, o general lidera, de longe, a luta contra o Salazarismo. Assume a responsabilidade política do apresamento do navio português "Santa Maria" tomado de assalto.

Humberto Delgado é assassinado pela PIDE, em Badajoz, em 196

2.1.3. A Questão Colonial

As potências coloniais europeias começaram a aceitar a ideia de abrir mão dos seus impérios e a nossa velha aliada britânica preparava-se para encetar a vida da negociação e da transferência pacífica de poderes.

O Estado Novo viu-se obrigado a rever a sua política colonial e a procurar soluções para o futuro do nosso império.

★ Soluções Preconizadas

Em termos ideológicos, a "mística do império" é substituída pela ideia da "singularidade da colonização portuguesa". Os portugueses haviam demonstrado uma surpreendente capacidade de adaptação à vida nas regiões tropicais onde, por ausência de convicções racistas, se tinham entregue à miscigenação e à fusão de culturas. Esta teoria, conhecida como lusso-tropicalismo, serviu para individualizar a colonização portuguesa, retirando-lhe o carácter opressivo que assumia no caso de outras nações. A estas características acrescentava-se o papel histórico de Portugal como nação evangelizadora.

No campo jurídico, a partir de 1951, em vez de colónias, passava a falar-se de "Províncias Ultramarinas" e em vez de Império Português falava-se em "Ultramar Português".

A nível interno, a presença portuguesa em África não sofreu praticamente contestação até ao início da guerra colonial. Excepção feita ao Partido Comunista Português que no seu congresso de 1957 (ilegal), reconheceu o direito à independência dos povos colonizados.

Norton de Matos e Humberto Delgado foram, na época, empenhados defensores da integridade do território português.

Esta quase unanimidade de opiniões veio a quebrar-se com o início da luta armada em Angola, em 1961. Confrontam-se, então, 2 teses divergentes: a integracionista e a federalista.

A 1ª defendia a política até aí seguida, lutando por um Ultramar plenamente integrado no Estado português; a 2ª considerava não ser possível, face à pressão internacional e aos custos de uma guerra em África, persistir na mesma via. Advogava a progressiva autonomia das colónias e a constituição de uma federação de Estados que salvaguardasse os interesses portugueses.

★ A luta armada

A recusa do Governo português em encarar a possibilidade de autonomia das colónias africanas fez extremar as posições dos movimentos de libertação que, nos anos 50 e 60, se foram formando na África portuguesa.

- **Em Angola**, em 1955, surge a UPA (União das Populações de Angola) que, 7 anos mais tarde, se transforma na FNLA (Frente de Libertação de Angola); o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) forma-se em 1956; e a UNITA (União para a Independência Total de Angola) surge em 1966.
- **Em Moçambique**, a luta é encabeçada pela FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) criada em 1962.
- **Na Guiné**, distingue-se o PAIGC (Partido para a Independência da Guiné e Cabo Verde) em 1956.

Os confrontos iniciaram-se no Norte de Angola, em Março de 1961, com ataques da UPA a várias fazendas e postos administrativos portugueses.

Em 1963, o conflito alastrou à Guiné e, no ano seguinte, a Moçambique. Abriram-se assim 3 frentes de combate, que exigiram dos Portugueses um sacrifício desproporcionado: o país mobilizou 7% da sua população activa e despendeu, na Defesa, 40% do Orçamento Geral do Estado.

A resistência portuguesa ultrapassou, em muito, os prognósticos da comunidade internacional, que previam a capitulação rápida desta nação pequena e economicamente atrasada

★ O isolamento internacional

No pós-guerra, Portugal e outras potências procuraram travar a marcha dos movimentos independentistas mas pouco a pouco, todos reconheceram a inevitabilidade do processo descolonizador. Ao contrário, Portugal pareceu irredutível nas posições inicialmente assumidas.

A questão das colónias ganhou dimensão aquando da entrada do nosso país na ONU, em 1955. Portugal recusou-se de imediato a admitir que as disposições da *Carta* relativas à administração de “territórios não-autónomos” lhe fossem aplicadas, argumentando que as províncias ultramarinas eram parte integrante do território português.

Seria esta a primeira de uma **série de derrotas que, progressivamente, foram isolando os Portugueses** e que se intensificaram.

Em 1961 Portugal esteve particularmente em foco nas Nações Unidas, acabando esta organização por condenar o nosso país devido ao persistente não cumprimento dos princípios da *Carta* e das resoluções aprovadas. Estas disposições repetiram-se insistentemente, com apelos claros a Portugal para que reconhecesse o direito à autodeterminação das colónias africanas.

Tal postura conduziu, inevitavelmente, ao desprestígio do nosso país, que foi excluído de vários organismos das Nações Unidas e alvo de sanções económicas por parte de diversas nações africanas.

Para além das dificuldades que lhe foram colocadas na ONU, Portugal viu-se a braços, no início dos anos 60, com a hostilidade da administração americana.

2.1.4. A Primavera Marcelista

★ Reformismo político não sustentado

Em Setembro de 1968, António de Oliveira Salazar é operado de urgência a um hematoma cerebral. Pouco depois, dado o agravamento do seu estado de saúde, é substituído por Marcello Caetano. Este, apresentava-se como um político mais liberal, capaz de alargar a base de apoio do regime.

Logo no discurso da tomada de posse, Marcello Caetano define as linhas orientadoras do seu governo: continuar a obra de Salazar sem por isso prescindir da necessária renovação política. Pretendia-se “evoluir na continuidade”, concedendo aos Portugueses a “liberdade possível”.

Nos primeiros meses de mandado, o novo Governo dá sinais de abertura:

- Faz regressar do exílio algumas personalidades;
- Modera a actuação da PIDE (que passará a chamar-se Direcção-Geral de Segurança – DGS);
- Ordena o abrandamento da censura;
- Abre a União Nacional
- Alargou o sufrágio feminino (a todas as mulheres escolarizadas) – permitiu maior liberdade de campanha à oposição;
- Consulta dos cadernos eleitorais;
- Fiscalização das mesas de voto.

No entanto, o acto eleitoral saldou-se por uma série de atropelos aos princípios democráticos e o mesmo resultado de sempre: 100% para a União Nacional; 0% para a oposição.

Frustradas as esperanças de uma real democratização do regime, Marcello Caetano viu-se sem o apoio dos liberais e alvo da hostilidade dos núcleos mais conservadores.

Obrigado a reprimir um poderoso surto de agitação estudantil, greves e até acções bombistas, Marcello Caetano liga-se cada vez mais à direita e desrespeita a sua política inicial.

As associações de estudantes mais activas são encerradas, a legislação sindical aperta-se, a PIDE desencadeia uma nova vaga de prisões, alguns opositores são novamente remetidos ao exílio. Este processo de regressão termina em 1972, quando Américo Tomás, já com 77 anos é reconduzido ao cargo de presidente da República.

★ O impacto da guerra colonial

Aquando da escolha de Marcello Caetano, as altas patentes das Forças Armadas puseram, como única condição, que o novo chefe do executivo mantivesse a guerra em África.

Paralelamente, o chefe do governo redigiu um minucioso projecto de revisão do estatuto das colónias, no sentido de as encaminhar para a “autonomia progressiva”.

Em tais circunstâncias, a luta armada foi endurecendo e, embora controlada em Angola e Moçambique, a situação militar deteriorou-se na Guiné, onde o PAIGC adquiriu controlo sobre uma parte significativa do território.

Externamente, cresceu o isolamento português:

- Em 1970 o papa Paulo VI recebe os líderes dos movimentos do MPLA, FRELIMO e PAIGC;
- Na ONU, agrava-se a luta diplomática, sofrendo o país a maior de todas as humilhações quando, em 1973, a Assembleia Geral reconhece a independência da Guiné-Bissau, à rebelia do Estado português.

Internamente, a pressão aumenta e o regime desmorona-se. Os deputados liberais começam, em sinal de protesto, a abandonar a Assembleia Nacional.

É exactamente de um prestigiado militar que o regime recebe o maior dos golpes: o general António de Spínola, herói da guerra da Guiné, que publica a obra *Portugal e o Futuro*.

Quanto Marcello de Caetano terminou a leitura, percebeu “que o golpe militar (...) era inevitável”.

2.2. Da revolução à estabilização da democracia

2.2.1. O movimento das forças armadas e a eclosão da revolução

No início dos anos 70, o impasse em que se encontrava a guerra colonial começou também a pesar sobre o exército. Foi este sentimento que induziu o general Spínola a publicar *Portugal e o Futuro* e foi igualmente este sentimento que transformou um movimento de oficiais no movimento revolucionário que derrubou o Estado Novo.

O **Movimento dos Capitães** nasceu em Julho de 1973, como forma de protesto contra dois diplomas legais que facilitavam o acesso dos oficiais milicianos ao quadro permanente do exército. Os oficiais de carreira, sobretudo capitães, rapidamente viram satisfeitas as suas reivindicações mas, nem por isso, o Movimento esmoreceu.

O Movimento dos Capitães depositou a sua confiança nos generais Costa Gomes e Spínola.

Face a estas posições e ao impacto do livro de Spínola, Marcello Caetano faz ratificar a orientação da política colonial e convoca os oficiais generais das Forças Armadas para uma sessão solene. Costa Gomes e Spínola não compareceram à reunião sendo, no mesmo dia, dispensados dos seus cargos.

Estes acontecimentos deram força àqueles que, dentro do Movimento (agora designado MFA – **Movimento das Forças Armadas**), acreditavam na urgência de um golpe militar que, restaurando as liberdades cívicas, permitisse a tão desejada solução para o problema colonial.

Depois de uma tentativa precipitada, em Março, o MFA preparou minuciosamente a operação militar que, na madrugada do dia 25 de Abril de 1974 pôs fim ao Estado Novo.

★ **Operação “Fim-Regime”**

A **operação “Fim-Regime” do Movimento das Forças Armadas** decorreu sob a coordenação do major Otelo Saraiva de Carvalho, de acordo com o plano previamente definido: depois da transmissão, pela rádio, das canções-senha, as unidades militares saem dos quartéis para cumprirem as missões que lhes estavam destinadas.

A única falha no plano previsto – a prévia neutralização dos comandos do Regimento de Cavalaria 7, que não aderira ao golpe – originou a única situação verdadeiramente difícil com que o MFA se deparou.

Coube também a Salgueiro Maia dirigir o cerco ao Quartel do Carmo, onde se tinham refugiado o presidente do Conselho e outros membros do Governo. A resistência do quartel terminou cerca das 18h, quando Marcello Caetano se rendeu ao general Spínola.

No fim do dia, o “Movimento dos Capitães” sagrava-se já vitorioso. Apesar dos insistentes pedidos para que, por razões de segurança, a população civil se recolhesse em casa, a **multidão acorreu às ruas em apoio dos militares** a quem distribuía cravos vermelhos.

2.2.2. A Caminho da Democracia

Em 1976 o País viveu um período de grande instabilidade e conheceu também grandes tensões sociais e fortes afrontamentos políticos.

★ **O desmantelamento das estruturas do Estado Novo**

No próprio dia da revolução, Portugal viu-se sob a autoridade de uma **Junta de Salvação Nacional**, que tomou de imediato medidas:

- O presidente da República e o presidente do Conselho foram destituídos, bem como todos os governadores civis e outros quadros administrativos;
- A PIDE-DGS, a Legião Portuguesa e as Organizações da Juventude foram extintas, bem como a Censura (Exame Prévio) e a Acção Nacional Popular;
- Os presos políticos foram perdoados e libertados e as personalidades no exílio puderam regressar a Portugal.

A Junta de Salvação Nacional anunciou a realização de eleições democráticas, no prazo de um ano, para a formação de uma Assembleia Constituinte, com o objectivo de elaborar uma nova constituição, e decretou de imediato a liberdade de expressão e de formação de partidos políticos.

Para assegurar o funcionamento das instituições governativas até à sua normalização democrática, a Junta de Salvação Nacional nomeou presidente da República o general António de Spínola.

★ **Tensões político-ideológicas na sociedade e no interior do movimento revolucionário**

No dia 1º de Maio de 1974, gigantescas manifestações de rua celebraram, em unidade, o regresso da democracia. No entanto, os anos 74 e 75 ficaram marcados por uma enorme agitação social, pela multiplicação dos centros de poder e por violentos confrontos políticos.

➤ **O “período Spínola”**

O caminho para a instalação e a consolidação da democracia não foi rápido e pacífico, mas caracterizado por profunda conflitualidade política e social. Por um lado, o povo e o movimento operário aproveitaram o estabelecimento de liberdade para exigir melhores condições de vida e aumentos salariais, estalando manifestações e greves pelo país.

Carente de autoridade e incapaz de assumir uma efectiva liderança do País. O **I Governo provisório demitiu-se menos de 2 meses após a tomada de posse**, deixando o presidente Spínola isolado na quase impossível tarefa de conter as forças revolucionárias.

De facto, o **poder político fraccionara-se já em dois pólos opostos**: de um lado, o grupo afecto ao general Spínola; do outro, a comissão coordenadora do MFA e os seus apoiantes.

O desfecho destas tensões culminou com a demissão do próprio general Spínola, após o falhanço da convocação de uma manifestação nacional em seu apoio, **e a nomeação de outro militar, o general Costa Gomes, como Presidente da República**.

➤ **A radicalização do processo revolucionário**

A revolução tende a radicalizar-se. Para chefiar o II Governo Provisório foi nomeado um militar próximo do PCP, o general Vasco Gonçalves, enquanto era criado o Comando Operacional do Continente (COPCON) para intervir militarmente em defesa da revolução, tendo o seu comando sido confiado a Otelio Saraiva de Carvalho, cada vez mais próximo das posições de extrema-esquerda. Reagindo a este processo, as forças conservadoras tentaram um derradeiro golpe, em 11 de Março de 1975, que fracassou, obrigando o general Spínola e alguns oficiais a procurar refúgio em Espanha.

O 11 de Março acentuou o radicalismo na revolução portuguesa e provocou o aumento da conflitualidade política e social. Ao nível das forças armadas, foi constituído o Conselho da Revolução,

em substituição da anterior Junta de Salvação Nacional, com o propósito de orientar o Processo Revolucionário em Curso (PREC), que deveria encaminhar Portugal para uma sociedade socialista. Além disso, as forças de extrema-esquerda enveredaram por uma estratégia de poder popular.

Poder Popular: Expressão relativa à corrente impulsionada em Portugal por partidos e organizações de extrema-esquerda, que se caracterizou pela atribuição ao povo da capacidade de resolução dos seus problemas e de gestão dos meios de produção, o que se traduziu, designadamente, pela criação de comissões de moradores, comissões de operários e comissões de trabalhadores rurais e pequenos camponeses.

➤ **As eleições de 1975 e a inversão do processo revolucionário**

A inversão do processo deveu-se ao forte impulso dado pelo Partido Socialista à efectiva realização, no prazo marcado, das **eleições constituintes** prometidas pelo programa do MFA.

Estas eleições, as primeiras em que funcionou o sufrágio verdadeiramente universal, realizaram-se no dia 25 de Abril de 1975, marcando a vida cívica e política portuguesa. Tanto a campanha como o acto eleitoral decorreram dentro das normas de respeito e de pluralidade democrática.

A vitória do Partido Socialista, seguido do Partido Popular Democrático, nas eleições para a Assembleia Constituinte, veio criar condições para travar a direcção e o rumo que a revolução portuguesa tomara.

Neste **Verão de 1975** (conhecido como “Verão Quente”), **a oposição entre as forças políticas atinge o rubro**, expressando-se em gigantescas manifestações de rua, assaltos a sedes partidárias e pela multiplicação de organizações armadas revolucionárias de direita e de esquerda.

É em pleno “Verão Quente” que um **grupo de 9 oficiais do próprio Conselho da Revolução,** encabeçados pelo major Melo Antunes, **crítica abertamente os sectores mais radicais do MFA:** contestava o clima de anarquia instalado, a desagregação económica e social e a decomposição das estruturas do Estado.

Estes acontecimentos levaram à destituição do primeiro-ministro Vasco Gonçalves, à formação de novo Governo (o VI, chefiado por Pinheiro de Azevedo) e, por fim, à nomeação do capitão Vasco Lourenço para o comando da região militar de Lisboa, em substituição de Otelo.

Estas alterações dão origem **ao último golpe militar, em 25 de Novembro**, pelos pára-quedistas de Tancos, em defesa de Otelo e do processo revolucionário. O país encaminhava-se rapidamente para a normalização política e social e para a consolidação de uma democracia liberal.

➤ **Política Económica antimonopolista e intervenção do Estado no domínio económico-financeiro**

A onda de agitação social que se desencadeou após o 25 de Abril foi acompanhada de um conjunto de medidas que alargou a intervenção do Estado na esfera económica e financeira. Estas medidas tiveram como objectivo a **destruição dos grandes grupos económicos, considerados monopolistas, a apropriação, pelo Estado, dos sectores-chave da economia e o reforço dos direitos dos trabalhadores.**

A intervenção do Estado em matéria económico-financeira encontrava-se já prevista no Programa do I Governo Provisório, que referia a **nacionalização.**

Nacionalização: Apropriação pelo Estado de uma unidade de produção privada ou de um sector produtivo. Na sequência do 25 de Abril, foram nacionalizadas, num curto espaço de tempo, as instituições financeiras, as empresas ligadas aos sectores económicos mais importantes, bem como grandes extensões de terra agrícola.

Simultaneamente, foi publicada legislação que permitia ao Estado gerir e fiscalizar todas as instituições de crédito.

Em Novembro, o Estado apropria-se do direito de intervir nas empresas cujo funcionamento não contribuísse “normalmente para o desenvolvimento económico do país”.

Logo no rescaldo do golpe, aprova-se a nacionalização de todas as instituições financeiras. No mês seguinte, um novo decreto-lei determina **a nacionalização das grandes empresas ligadas aos sectores económicos base.**

Estas nacionalizações determinam o fim dos grupos económicos “monopolistas”, considerados o expoente do capitalismo, e permitem ao Estado um maior controlo sobre a economia.

Entretanto, no Sul do País, o mundo rural vive uma situação explosiva.

Em Janeiro de 1975 registam-se as primeiras ocupações de terras pelos trabalhadores e rapidamente esse movimento se estende a uma vasta zona do Sul.

O processo da **reforma agrária** recebeu cobertura legal. O governo avança com a expropriação das grandes herdades, com vista á constituição de Unidades Colectivas de Produção (UCP).

Reforma agrária: Processo de colectivização dos latifúndios do Sul do País (1975-1977). São traços característicos da reforma agrária a ocupação de terras pelos trabalhadores, a sua expropriação e nacionalização pelo Estado e a constituição de Unidades Colectivas de Produção (UCP)

Em complemento desta política socializante, **foi aprovada legislação com vista à protecção dos trabalhadores e dos grupos economicamente desfavorecidos:**

- Destacam-se novas leis laborais, que dificultavam os despedimentos;
- A instituição do “salário mínimo nacional”;
- Aumento das pensões sociais e da reforma.

Numa tentativa de controlar o surto inflacionista, foram tabelados artigos de primeira necessidade, o que, em conjugação com uma forte subida dos salários permitiu elevar o nível de vida das classes trabalhadoras.

➤ **A opção constitucional de 1976**

Depois de um ano de trabalho, a Assembleia Constituinte terminou a Constituição, aprovada em 25 de Abril de 1976. A constituição consagrou um regime democrático e pluralista, garantindo as liberdades individuais e a participação dos cidadãos na vida política através da votação em eleições para os diferentes órgãos. Além disso, confirmou a transição para o socialismo como opção da sociedade portuguesa. **Mantém**, igualmente, como órgão de soberania, **o Conselho da Revolução** considerado o garante do processo revolucionário. Este órgão continuará a funcionar em estreita ligação com o presidente da República, que o encabeça.

A nova constituição entrou em vigor no dia 25 de Abril de 1976, exactamente dois anos após a “Revolta dos Cravos”. A Constituição de 1976 foi, sem dúvida, o documento fundador da democracia portuguesa.

2.2.3. O reconhecimento dos movimentos nacionalistas e o processo de descolonização

➤ O processo descolonizador

A nível interno, a “**independência pura e simples**” das colónias colhia o apoio da maioria dos partidos que se legalizaram depois do 25 de Abril e também nesse sentido se orientavam os apelos das manifestações que enchiam as ruas do país.

É nesta conjuntura que o Conselho de Estado reconhece às colónias o direito à independência. Intensificam-se, então, as negociações com o PAIGC, a FRELIMO e o MPLA, a FNLA e a UNITA, únicos movimentos aos quais Portugal reconhece legitimidade para representarem o povo dos respectivos territórios.

Com excepção da Guiné, cuja independência foi efectuada logo em 10 de Setembro de 1974, os **acordos institucionalizavam um período de transição**, bastante curto, em que se efectuaria a transferência de poderes.

No entanto, Portugal encontrava-se num a posição muito frágil, quer para impor condições quer para fazer respeitar os acordos. Desta forma, não foi possível assegurar, como previsto, os interesses dos Portugueses residentes no Ultramar.

O caso mais grave foi o de Angola. Em Março de 1975, **a guerra civil em Angola** era já um facto. As forças portuguesas, carentes de um comando decidido e de meios militares, limitavam-se a controlar os principais centros urbanos.

Em Setembro e Outubro, uma autêntica ponte aérea evacua de Angola os cidadãos portugueses que pretendem regressar. Em 10 de Novembro o presidente da República decide transferir o poder para o povo angolano.

Fruto de uma descolonização tardia e apressada e vítimas dos interesses de potências estrangeiras, **os territórios africanos não tiveram um destino feliz**.

2.2.4. A revisão constitucional de 1982 e o funcionamento das instituições democráticas

Seis anos após a entrada em vigor, foi efectuada a primeira revisão constitucional. As principais alterações ocorreram na organização do poder político, uma vez que se conservaram as disposições de carácter económico (nacionalizações, intervencionismo do Estado, planificação, reforma agrária).

Foi abolida o Conselho da Revolução como órgão coadjuvante da Presidência da República. Na mesma linha, **limitaram-se os poderes do presidente e aumentaram-se os da instituição parlamentar**.

O regime viu, assim, reforçado o seu cariz democrático-liberal, assente no sufrágio popular e no equilíbrio entre órgãos de soberania:

- O **presidente da República** – eleito por sufrágio directo e por maioria absoluta. É assistido por um Conselho de Estado. O mandato presidencial é de 5 anos, sendo interdito ao mesmo presidente mais do que dois mandatos consecutivos.

Funções:

- Comanda as Forças Armadas;
- Dissolve a Assembleia da República;
- Nomeia e exonera o Primeiro-ministro;
- Ratifica os tratados internacionais
- Manda promulgar leis;
- Exerce o direito de veto.

- A **Assembleia da República** – constituída por deputados eleitos por círculos eleitorais. Cada legislatura tem a duração de 4 anos e os deputados organizam-se por grupos parlamentares.

Funções:

- Faz leis;
 - Aprova alterações à constituição, os estatutos das regiões autónomas, a lei do plano e do orçamento de Estado;
 - Concede ao Governo autorizações legislativas.
- O **Governo** – é o órgão executivo ao qual compete a condução da política geral do País. Manda a constituição que o primeiro-ministro seja designado pelo presidente da República, de acordo com os resultados das eleições legislativas.

Funções:

- Faz os regulamentos necessários à execução das leis;
 - Dirige a administração pública;
 - Elabora leis em matérias não reservadas à Assembleia da República.
- Os **Tribunais** – cuja independência a Constituição de 1976 consagrou. A Constituição tornou o poder judicial verdadeiramente autónomo, proporcionando as condições para a sua imparcialidade. A Revisão de 1982 criou, ainda, o **Tribunal Constitucional**.

Funções:

- Verifica previamente a constitucionalidade das leis. Aos tribunais fica cometida a administração da justiça em nome do povo.

O **governo das regiões autónomas** exerce-se através de uma Assembleia Legislativa Regional, um Governo regional e um ministro da República.

Quanto ao **poder local**, estruturou-se este em municípios e em freguesias, dispondo ambos de um órgão legislativo e de um órgão executivo.

2.3. O significado internacional da revolução portuguesa

A revolução de Abril contribuiu para **quebrar o isolamento e a hostilidade de que Portugal tinha sido alvo**, recuperando o País a sua dignidade e a aceitação nas instâncias internacionais.

Para além deste reencontro de Portugal com o mundo, o fim do Governo marcelista teve uma **influência** apreciável na **evolução política espanhola**. Em Espanha, a morte do General Franco, em 1975, criou condições para uma rápida transição para a democracia.

A influência da revolução portuguesa estendeu-se também a África, onde a independência das nossas colónias contribuiu para o enfraquecimento dos últimos bastiões brancos da região, como a Rodésia (que mais tarde viria a ser o Zimbábue) e a África do Sul.

No **Zimbábue**, a vitória de Mugabe e a constituição de um governo de maioria negra que aboliu as discriminações raciais estiveram, em parte, ligadas à independência de Moçambique.

3.1. Artes, Letras, Ciência e Técnica

3.1.1. A importância dos pólos culturais anglo-americanos

Quanto a Segunda Guerra Mundial termina, o Mundo não é o mesmo.

Muito em particular a **Europa** não se encontrava em condições de liderar a política internacional nem o próprio processo civilizacional. A guerra destruíra-a como nunca, deixando-a absolutamente **arrasada**.

Aos **Estados Unidos**, um das cabeças do mundo bipolar que se desenhou em 1945, coube assumir uma **condução do Oriente**.

Em **Nova Iorque** produzir-se-ão as **alterações mais significativas** e as **grandes polémicas no mundo da arte**.

Nos EUA, um generoso mecenato privado irrompia e patrocinava a **fundação de galerias e de grandes museus**.

A Europa devastada pela guerra não fornecia um cenário estimulante para a produção cultural e, por isso, muitos foram os **intelectuais que a América anglo-saxónica acolheu e incentivou**.

Aos artistas europeus emigrados juntaram-se os talentos americanos, particularmente activos. Do seu encontro brotou aquela que é designada por **Escola de Nova Iorque**, a grande responsável pela **dinamização das artes no pós-guerra**. A ela se deveram as experiências vanguardistas do expressionismo abstracto.

3.1.2 A reflexão sobre a condição humana nas artes e nas letras

★ O expressionismo abstracto (1945-1960)

O **expressionismo abstracto** emerge nos EUA, no pós-guerra. Como o seu nome indica, usa a **“linguagem universal da abstracção”**.

O expressionismo abstracto procurou desconstruir a ideia de que a pintura era portadora de uma mensagem para acentuar apenas os sentimentos que desperta no observador.

Numa clara aproximação ao **automatismo psíquico dos surrealistas**, a pintura tornava-se um testemunho de sensibilidade individual e de ocorrências psíquicas do autor, que escapavam a um controlo racional, como eram os sonhos, os pesadelos, os traumas.

Surge a expressão **action painting** para caracterizar aquele gestualismo do expressionismo abstracto. O efeito obtido com a action painting jamais poderia ser previamente calculado pelo pintor. Muitos quadros não têm qualquer nome por serem **resultados do acaso**.

★ A pop art (1958-1965)

A **pop arte** desenvolveu-se em simultâneo em Inglaterra e nos EUA.

A pop arte reconcilia o grande público com a arte. Em primeiro lugar, porque retoma a **figuração** e se revela de fácil apreensão. Depois, porque retira os seus temas e objectos do mundo de produtos e imagens que a sociedade de massas abundantemente consumia.

Os quadros substituem-se à publicidade, seja na divulgação de **objectos de consumo corrente**, seja na exibição de **rostos de artistas e personalidades famosas**.

O mais importante pintor deste movimento, **Andy Warhol**, tornou a serigrafia, um processo mecânico de impressão em série, na obra de arte por excelência desta corrente.

Warhol fez da própria arte um objecto de consumo corrente e estandardizado.

A mesma visão sarcástica sobre os símbolos e ritos do quotidiano da sociedade de consumo perpassa na **pop art inglesa**. Os ingleses distinguem-se pelo *sense of humor* subtilmente provocatório. Para além dos processos de impressão, fazem ainda uso de colagens e da integração de objectos comuns.

★ A arte conceptual (anos 60 e 70)

Inspirada no absurdo dadaísta que afirmava a superioridade do pensamento do artista em relação à execução da obra, a chamada **arte conceptual** desprezou a existência material da arte.

Ao objecto artístico a arte conceptual antepõe o processo criativo que antecede a sua execução. Recorre, por isso, com frequência, à escrita e à fotografia, que documentam o pensamento do artista e, simultaneamente, se elevam à categoria de obras de arte.

A arte conceptual apela à **reflexão filosófica**. Trata-se de uma arte que, mais do que vista, deve ser pensada.

Espalhada pelos EUA e pela Europa, a arte conceptual prolonga-se numa série de tendências.

★ A literatura existencialista

No segundo pós-guerra, as vanguardas consumaram a **destruição da arte** enquanto obra sublime do espírito humano.

A mesma sensação de **destruição e vazio** atravessou a **literatura** dos anos 40 e 50.

Sob o impulso da **filosofia existencialista**, colocava-se agora, maior importância no **sentido da existência humana**.

Para Sartre, figura importante do **existencialismo**, **o Homem é obra de si próprio**, produto das suas acções, um ser absolutamente livre que constrói o seu projecto pessoal.

Sartre considerava que, num mundo hostil e sem Deus, **o Homem estava inexoravelmente condenado à liberdade** de encontrar por si próprio um sentido para a vida. Dessa sua busca permanente nascia a **angústia existencial**, que mais não é do que uma manifestação da liberdade e da condição humana.

3.1.3. O Progresso científico e a inovação tecnológica

Os **avanços científicos**, fruto de equipas interdisciplinares de sábios, traduzem-se em **avanços tecnológicos** que se universalizam e massificam.

A **Física, a Química e a Biologia** foram as ciências em que se processam maiores investigações teóricas. Os seus efeitos tecnológicos mais marcantes fizeram-se sentir na produção e na utilização da **energia nuclear, na electrónica, na informática e na cibernética** e, finalmente, nos **progressos médicos e alimentares** que cuidaram da vida.

★ A energia nuclear

Sabemos bem como foi trágica e sinistra a sua primeira aplicação, com as **bombas atómicas**.

Na década de 50, a energia nuclear conheceu fins pacíficos. Desde 1956, a produção de electricidade por processos nucleares tornou-se tecnicamente possível. Posteriormente, construíram-se **submarinos e navios** alimentados a partir de energia nuclear.

★ Electrónica, informática e cibernética

A invenção do **transístor** (1948) permitiu a miniaturização dos materiais. Uma década depois passou-se à utilização do **chip**. Estes inventos permitiram o aperfeiçoamento da rádio, televisão, computadores, telefones, electrodomésticos e automóveis.

O **laser** viria a ser uma das maravilhas electrónicas do futuro, com aplicações na medicina, no lar e na guerra.

Pelo seu impacto civilizacional, o **computador** merece uma referência especial. A **informática** registou notáveis avanços e revolucionou todos os domínios da actividade humana.

Os computadores aceleram os cálculos, o armazenamento, a recuperação e a distribuição da informação.

Os progressos da electrónica e da informática interligaram-se com a **expansão da cibernética** e as pesquisas sobre a **inteligência artificial**. Surgem os **robôs**, que penetraram na indústria e transformaram profundamente a organização das empresas e as condições do trabalho humano. A automatização assim conseguida contribuiu fortemente para a terciarização da sociedade.

★ Os progressos na medicina e na alimentação

Às pesquisas bioquímicas do séc.XX devem-se grandes **progressos na medicina e na alimentação**, que preservaram a vida e a prolongaram.

A penicilina foi produzida industrialmente na década de 40, permitindo salvar imensas vidas. Efeito semelhante tiveram as vacinas.

Os **transplantes cardíacos**, iniciados em 1967, registaram uma taxa razoável de sucesso, suscitando a confiança progressiva na medicina cirúrgica.

Surge a primeira criança cuja concepção ocorreu fora do corpo humano – “fertilização in vitro”.

Em 1953 descobre-se a estrutura do ADN e do código genético. As informações genéticas contidas nos filamentos de ADN auxiliaram nas pesquisas patológicas e imunitárias.

Resultado de avanços na agronomia, nas técnicas reprodutivas e na genética viria a iniciar-se, em 1962, a chamada **“Revolução Verde”**. O cultivo de variedades de trigo, milho e arroz, de grandes rendimentos e resistência às pragas, converteu-se num auxiliar precioso para os agricultores empobrecidos, solucionando muitas carências alimentares.

Mais bens de consumo foram prodigalizados, a esperança média de vida aumentou e a humanidade ficou, como nunca, interligada por uma rede de comunicações que fez da Terra uma aldeia global.

3.2. Media e hábitos socioculturais

3.2.1. Os novos centros de produção cinematográfica

O cinema converteu-se num grande espectáculo de massas, após 1945. A sua magia viu-se perpetuada no esplendor dos **filmes a cor**, projectados em **ecrãs panorâmicos**.

Surgem **superproduções musicais** que atraíram multidões e evitaram a decadência dos estúdios.

Ao mesmo tempo, Hollywood investia em temáticas socioculturais mais próximas do novo público que frequentava os cinemas.

Entretanto, novos centros de produção cinematográfica irrompiam no Mundo.

Apesar do seu poder apelativo, que retira espectadores às salas de cinema, a televisão não “mata” a magia do grande ecrã e o **cinema**, seja espectáculo de entretenimento ou obra séria, preserva o estatuto digno de Sétima Arte.

3.2.2. O impacto da televisão e da música no quotidiano

★ A televisão

Só após 1945 a televisão se junta ao cinema e à rádio como **grande meio de comunicação**.

Desde então, os **EUA** assumem a dianteira no que toca a progressos tecnológicos que embaratecem a televisão e a tornam mais atractiva.

Bem cedo, a televisão assumiu-se como um veículo privilegiado de entretenimento.

Ao entretenimento, a televisão associou o papel de fonte de informação e de conhecimento dos grandes acontecimentos internacionais.

Cientes do poder da TV, os políticos não a negligenciam. Desde a campanha presidencial americana de 1960, ficou provado o impacto da televisão nos comportamentos eleitorais. A guerra passou a travar-se também como a opinião pública.

Poderosa e manipuladora a **TV** permanece o **media que mais necessidades satisfaz**.

★ A música

O crescente protagonismo dos jovens nas sociedades ocidentais do pós-guerra e as maravilhas da electrónica contribuíram de forma decisiva para a popularidade da música ligeira a partir dos anos 50.

Muito em particularmente o **rock and roll** parecia ser a música que melhor exprimia a rebeldia e o anticonformismo de uma nova juventude.

Foi ainda em 1956 que, na cena nacional dos EUA, emergiu a primeira super-estrela do rock and roll: **Elvis Presley**.

Em 1962 surgem os **Beatles**, um grupo britânico de Liverpool que construiu uma das mais fulgurantes carreiras de que há memória na música ligeira.

Os **Rolling Stones** constituíram outro êxito da música britânica. Criaram, no entanto, uma imagem de “perigosos degenerados”

A canção converteu-se em instrumento de crítica social e política. O rock continuava a assumir-se como um dos pilares da contestação juvenil, que marcou profundamente o final dos anos 60.

3.2.3. A hegemonia dos hábitos socioculturais norte-americanos

Os filmes de Hollywood e os programas de TV difundem os **valores e os estereótipos do “american way of life”**.

Para os pequeno-burgueses que conheceram as dificuldades dos anos da guerra, possuir uma casa **individual** e ter um **carro** são sonhos que fazem viver! As donas de casa rendem-se aos **cafés solúveis**, às **sopas instantâneas** e às **comidas previamente cozinhadas** que lhes aliviam a “escravatura” do lar. Apesar de criticada pelos conservadores, a **Coca-Cola** torna-se a bebida favorita.

Quanto aos jovens, usam e abusam dos **blue jeans**, dos **blusões de couro** e das **pastilhas elásticas**.

3.3. Alterações na estrutura social e nos comportamentos

3.3.1. A terciarização da sociedade

Os 30 anos de expansão económica até 1970 acentuaram tendências anteriores ao nível da **estrutura da população activa**. Assim, **a mecanização da agricultura continuou a fazer regredir a percentagem da população camponesa**. Relativamente à **indústria, os avanços tecnológicos ocorridos contribuíram para a estabilização da respectiva mão-de-obra**. Foi ao nível do sector terciário que se verificou um forte crescimento, motivando a **terciarização** da sociedade, devido ao incremento das funções sociais do Estado, à complexificação da actividade económica, ao desenvolvimento dos meios de comunicação social e dos transportes.

3.3.2. Os anos 60 e a gestação de uma nova mentalidade.

★ Procura de novos referentes ideológicos

➤ O ecumenismo

A igreja católica procura adaptar-se aos novos tempos. **O Concílio Vaticano II (1962-1965)** aborda questões relacionadas com a Guerra Fria, a promoção da paz, a desigualdade entre homens e povos, a par de assuntos especificamente religiosos.

O **ecumenismo** ficou como uma das heranças do concílio.

Ecumenismo: Movimento iniciado no seguimento da 1ª Guerra Mundial e que defende a aproximação entre as diversas igrejas cristãs (católicos, protestantes e ortodoxos)

No entanto, os resultados do Concílio ficaram aquém das expectativas. A igreja católica manteve-se arregadamente conservadora, não conseguindo deter a vaga de descristianização.

➤ A ecologia

Depressa a comunidade científica e os leigos se aperceberam do alto preço a pagar pelos progressos tecnológicos. Era necessário reduzir as experiências nucleares e dar mais atenção ao problema da poluição e do esgotamento dos recursos naturais.

Um conjunto de organizações e de iniciativas se sucederam, desde os anos 60, com o objectivo de controlar o crescimento económico e de garantir a protecção ambiental. Nascia a **ecologia**.

Ecologia: ciência que estuda as relações dos seres vivos entre si e com o ambiente.

➤ A contestação juvenil

O baby-boom do pós-guerra determina, nos anos 60, a existência de um **excedente considerável de jovens**.

Procurando um estilo de vida alternativo ao dos progenitores, os jovens protagonizaram um **poderoso movimento de contestação**.

Nos **EUA**, as universidades de Berkeley e de Columbia, foram ocupadas (1964) pelos estudantes que exigiam mudanças radicais no funcionamento dos cursos.

Para além das suas reivindicações específicas, os estudantes americanos mostravam-se atentos aos grandes problemas que os cercavam, o que os fez envolverem-se no **movimento pacifista** que se insurgiu contra a participação dos EUA na guerra do Vietname.

Em 1968, Paris tornou-se o epicentro de uma revolta estudantil sem precedentes que atingiu a Europa. Ficou conhecida pelo nome de **“Maio de 68”, a revolta estudantil parisiense**.

A crise, que começou por ser um problema estudantil, ganhou rapidamente foros de sublevação social e política.

Apesar de fracassado, pela reposição pronta da ordem, o “Maio de 68” tornar-se-ia o **símbolo de um combate em que se viveu um conflito de gerações, o descontentamento social e a reacção ao autoritarismo**.

Uma outra faceta da contestação juvenil fez-se sentir na revolução dos costumes desencadeada pelo **movimento hippie**. Iniciado nos EUA, caracterizou-se pelo facto de os jovens assumirem atitudes de **contracultura** em oposição às práticas sociais e à moral tradicional: uso de drogas, despojamento de bens, amor livre, grandes confraternizações.

Contracultura: Estilo de vida juvenil que denuncia os valores materialistas da sociedade capitalista, aos quais contrapõe a ausência de regras sociais e morais, o espiritualismo, o pacifismo e o regresso à Natureza.

➤ Afirmação dos direitos da mulher

Ao longo dos anos 60, os **movimentos feministas** receberam um impulso notável, convertendo-se em instrumento de emancipação das mulheres.

O feminismo dos anos 60 tornou-se particularmente activo na luta pela **igualdade de direitos da mulher**. **Essa igualdade pretendeu-se civil, no trabalho e na vida afectiva**.

Citam-se as campanhas pela contracepção, pelo direito ao divórcio e ao aborto, que mobilizaram a opinião pública, adquirindo um cariz de **“revolução sexual”** efectuada no feminino.

1.1. O fim do modelo soviético

★ Uma nova política

Em Março de 1985, Mikhail Gorbachev é eleito secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética.

Gorbachev enceta uma política de diálogo e aproximação ao Ocidente, propondo aos Americanos o reinício das conversações sobre o desarmamento. O líder soviético procura assim criar um clima internacional estável que refreie a corrida ao armamento e permita à URSS utilizar os seus recursos para a reestruturação interna.

Neste contexto, Gorbachev anunciou o seu programa de reformas designado **Perestroika**. Este programa previa a alteração do modelo de planificação económica em vigor desde Estaline, [descentralizar a economia], através da concessão de mais autonomia às empresas, criação de um sector privado com maior grau de flexibilidade para responder às solicitações do mercado e uma abertura social e política (glasnost, transparência), de modo a incentivar a participação dos cidadãos e na viabilização da realização de eleições livres e pluripartidárias – **abertura democrática**.

Perestroika: Reestruturação profunda do funcionamento do modelo soviético empreendida por M. Gorbachev, a partir de 1985.

★ O colapso do bloco soviético

A **contestação ao regime imposto por Moscovo** alastrou e endureceu, começando a abalar as estruturas do poder. Gorbachev passou a olhar as democracias populares como uma “obrigação” pesada, da qual a URSS só ganhava em libertar-se.

No ano de 1989, uma vaga democratizadora varre o Leste: os partidos comunistas perdem o seu lugar de “partido único” e realizam-se as primeiras eleições livres do pós-guerra.

Neste processo, a **“cortina de ferro”** que separava a Europa **levanta-se finalmente:** as fronteiras com o Ocidente são abertas e, em 9 de Novembro, **cai o Muro de Berlim**.

Depois de uma ronda de negociações entre os dois Estados alemães e os quatro países que ainda detinham direitos de ocupação, a Alemanha reunifica-se.

No mês seguinte é anunciado, sem surpresa, o fim do Pacto de Varsóvia e, pouco depois, a dissolução do COMECON.

Nesta altura, a dinâmica política desencadeada pela perestroika tornara-se já incontável, conduzindo, também, ao **fim da própria URSS. O extenso território das Repúblicas Soviéticas desmembra-se**, sacudido por uma explosão de reivindicações nacionalistas e confrontos étnicos.

O processo começa nas Repúblicas Bálticas.

Gorbachev, que nunca tivera em mente a destruição da URSS ou do socialismo, tenta parar o processo pela força, intervindo militarmente nos Estados Bálticos. Esta situação faz com que o apoio da população se concentre em **Boris Ieltsin**, que é eleito presidente da República da Rússia, em Junho de '91.

O novo presidente toma a medida extrema de proibir as actividades do partido comunista.

No Outono de '91, a maioria das repúblicas da União declara a sua independência. Em 21 de Dezembro, nasce oficialmente a CEI – Comunidade de Estados Independentes, à qual aderem 12 das 15 repúblicas que integravam a União Soviética. Ultrapassado pelos acontecimentos e vencido no seu propósito de manter unido o país, Mikhail Gorbachev abandona a presidência da URSS.

1.1.2. Os problemas da transição para a economia de mercado

A transição da economia de direcção central ou planificada para uma economia de mercado implicou profundas perturbações. Por um lado, **muitas empresas**, desprovidas dos subsídios estatais, **foram à falência**, provocando o **aumento do desemprego**. Ao mesmo tempo, a continuada escassez dos bens de consumo, a par da liberalização dos preços, estimulou uma **inflação galopante**.

A falta de recursos financeiros do Estado não permitiu apoiar os desempregados, enquanto os pensionistas viram as suas pensões degradar-se perante a inflação.

Em contrapartida, a liberalização económica enriqueceu um pequeno grupo que, em pouco tempo, acumulou fortunas fabulosas. A privatização das empresas foi efectuada de um modo tão obscuro que um reduzido nº de empresários pouco escrupulosos se apropriou dessas empresas, adquirindo rapidamente grandes fortunas, enquanto a restante população se tornava cada vez mais pobre.

Os **países de Leste** viveram também, de forma dolorosa, a transição para a economia de mercado.

Privados dos importantes subsídios que recebiam da União Soviética, **sofreram uma brusca regressão económica**. De acordo com o Banco Mundial “a pobreza espalhou-se e cresceu a um ritmo mais acelerado do que em qualquer lugar do mundo”. A percentagem de pobres elevou-se de 2 para 21% da população total.

1.2. Os pólos do desenvolvimento económico

Profundamente desigualitário, o mundo actual concentra a maior parte da sua riqueza e da sua capacidade tecnológica em 3 pólos de intenso desenvolvimento: os Estados Unidos, a União Europeia e a zona da Ásia-Pacífico.

1.2.1. A hegemonia dos Estados Unidos

★ A prosperidade económica

Os E.U.A são a 1ª potência económica mundial.

A “livre empresa” continua no centro da filosofia económica do país e o Estado incentiva-a, assegurando-lhe as condições de uma elevada competitividade: a carga fiscal é ligeira, os encargos com a segurança social diminutos e as restrições ao despedimento ou à deslocação da mão-de-obra quase não existem.

➤ Os sectores de actividade

Marcadamente **pós-industrial**, a economia americana apresenta um claro **predomínio do sector terciário**. Em conformidade, a América é, actualmente, o maior exportador de serviços do Mundo.

Altamente mecanizadas, sabendo rentabilizar os avanços científicos, as unidades agrícolas e pecuárias americanas têm uma elevadíssima produtividade.

Assim, e apesar de algumas dificuldades geradas pela concorrência externa, os E.U.A. mantêm-se os maiores exportadores de produtos agrícolas.

A agricultura americana inclui ainda um vasto conjunto de indústrias, desde a produção de sementes e maquinaria agrícola até à embalagem, comercialização e transformação dos seus produtos.

Um verdadeiro complexo agro-industrial.

Responsável por um quarto da produção mundial, a indústria dos E.U.A. sofreu, nos últimos 30 anos, uma reconversão profunda. Os sectores tradicionais, como a siderurgia e o têxtil, entraram em declínio e, com eles, decaiu também a importância económica da zona nordeste.

➤ **Novos laços comerciais**

Numa tentativa de contrariar o predomínio comercial da União Europeia, Clinton procurou estimular as relações económicas com a região do Sudeste Asiático, revitalizando a **APEC** – Cooperação Económica Ásia-Pacífico, criada em 1989. No mesmo sentido, o presidente impulsionou a criação da **NAFTA** - Acordo de Comércio Livre da América do Norte, que estipula a livre circulação de capitais e mercadorias entre os **EUA, o Canadá e o México**.

★ **O dinamismo científico-tecnológico**

A capacidade de inovar é determinante para o desenvolvimento e prestígio de um país. Liderando a corrida tecnológica, os E.U.A. asseguram a sua supremacia económica e militar.

Os Estados Unidos, são, hoje, **a nação que mais gasta em investigação científica**.

O Estado Federal tem um papel decisivo no fomento da pesquisa privada, quer através do seu financiamento, quer das gigantescas encomendas de sofisticado material militar e paramilitar.

O avanço americano fica também a dever-se à precoce criação de parques tecnológicos – os tecnopólos – que associam universidades prestigiadas, centros de pesquisa e empresas, que trabalham de forma articulada.

★ **A hegemonia político-militar**

A libertação do Kuwait (conhecida como **Guerra do Golfo**) iniciou-se em Janeiro de 1991 e exibiu, perante o mundo que a seguiu “em directo” pela televisão, a superioridade militar dos Estados Unidos. O exército iraquiano, o 4º maior do Mundo, com quase um milhão de homens, nada pôde fazer contra as sofisticadas tecnologias de guerra americanas.

Este 1º conflito pós-Guerra Fria inaugurou oficialmente a época da **hegemonia mundial americana**.

Assim, o poder americano afirmou-se apoiado pelo gigantismo económico e pelo investimento maciço no complexo industrial militar.

Os E.U.A. têm sido considerados os “polícias do Mundo”, devido ao papel preponderante e activo que têm desempenhado na geopolítica do Globo. Assim:

- **Multiplicaram a imposição de sanções económicas** como recurso para punir os “infractores”;
- **Reforçaram o papel da OTAN** – função de velar pela segurança da Europa, recorrendo, sempre que necessário, à intervenção militar armada.
- **Assumiram um papel militar activo**, encabeçando numerosas intervenções armadas pelos motivos mais díspares.

1.2.2. A União Europeia

A construção europeia foi uma história de altos e baixos. Com períodos de grande entusiasmo e outros de grande cepticismo. Etapa a etapa, o projecto tem, no entanto, progredido, orientando-se por 2 vectores principais: o aprofundamento das relações entre os Estados e o alargamento geográfico da União.

★ A consolidação da Comunidade: do Acto Único à moeda única

O primeiro grande objectivo da CEE foi a união aduaneira, que só se concretizou em 1968, depois de uma cuidada preparação.

Concebida como uma estrutura aberta, a CEE foi criando um conjunto de instituições progressivamente mais elaboradas e actantes.

Apesar destes avanços, a Comunidade enfrentava, no início dos anos 80, um período de marasmo e descrença nas suas potencialidades e no seu futuro. Só em 1985 a Comunidade reencontra a dinâmica perdida.

Verdadeiramente decidido a relançar o projecto europeu, Delors concentrou-se no aspecto que oferecia, então, maior consenso: o avanço da união económica. Os esforços do novo presidente conduziram, em 1986, à assinatura do Acto Único Europeu, que previa, para 1993, o estabelecimento de um mercado único onde, para além de mercadorias, circulassem livremente pessoas, capitais e serviços.

O Tratado da União Europeia [assinado na cidade holandesa de **Maastricht** em 1992] que entra em vigor em 1993, ao mesmo tempo que o mercado único, estabelece uma União Europeia (EU) fundada em três pilares: o comunitário, de cariz económico (o mais desenvolvido); o da política externa e da segurança comum (PESC) e o da cooperação nos domínios da justiça e dos assuntos internos.

Maastricht representou um largo passo em frente no caminho da União, quer pelo **reforço dos laços políticos**, quer, sobretudo, por ter definido o objectivo da adopção de uma **moeda única**.

A 1 de Janeiro de 1999, onze países, inauguram oficialmente o euro. Na mesma altura começa também a funcionar um Banco Central Europeu que define a política monetária da União.

O euro completou a integração das economias europeias. A CE tornou-se a maior potência comercial do mundo, com um PIB conjunto semelhante ao dos Estados Unidos.

No entanto, **no fim do século, a Comunidade Europeia mostrou-se menos pujante que os Estados Unidos.**

★ Da Europa dos 9 à Europa dos 25

Em **1981**, a **Grécia** tornou-se membro efectivo da comunidade; a adesão de **Portugal e Espanha** formaliza-se em 1985, com efeitos a partir de 1986.

A entrada destes três novos membros colocou à CEE o seu primeiro grande desafio, já que se tratava de um grupo de países bastante atrasados relativamente aos restantes membros.

Em **1992**, o Conselho Europeu de Lisboa recebeu as candidaturas da **Áustria, Finlândia e Suécia**.

Os desejos de adesão dos **países de Leste** eram olhados com apreensão, limitando-se a receber apenas planos de ajuda às economias em transição.

O princípio da integração das novas democracias é aceite e a Cimeira de Copenhaga define os critérios que devem condicionar as entradas na União: instituições democráticas, respeito pelos Direitos do Homem, economia de mercado viável, aceitação de todos os textos comunitários.

E esta **Europa dos 25** perspectiva já o acolhimento da Roménia, da Bulgária e da Turquia.

★ As dificuldades de construção de uma Europa política

O tratado de Maastricht estendeu o entendimento europeu à harmonização de políticas comuns para a justiça e os assuntos internos, a política externa e de segurança, a **cidadania europeia**.

Cidadania europeia: Criada pelo tratado da União Europeia (Maastricht), a cidadania europeia coexiste com a cidadania nacional tradicional, conferindo aos cidadãos da União, designadamente, o direito de circular e de residir em qualquer território da União, ter protecção diplomática, apresentar petições ao Parlamento Europeu e votar (e ser eleito) em eleições para o Parlamento Europeu e em eleições autárquicas na sua área de residência (mesmo o cidadão emigrado em país “estrangeiro”).

Todos estes assuntos interferem com as políticas nacionais, logo, a polémica instalou-se. Alguns países (Reino Unido, Dinamarca, Suécia) recusaram adoptar a moeda única (euro).

A forma relutante como muitos europeus vêem a União resulta, em parte, da fraca implantação popular do sentido europeísta.

A vontade de que os cidadãos dos estados-membros da União Europeia se identifiquem com o projecto europeu nem sempre tem sido bem-sucedida. O resultado da união política europeia seria um **Governo europeu comum e um presidente europeu**, porém, este projecto transnacional colide com a figura do Estado-Nação que, embora esteja em crise, ainda é válido para os europeus contemporâneos.

• Novas perspectivas

As dificuldades de uma união política viram-se substancialmente acrescidas pelos sucessivos alargamentos da Comunidade, que obrigam a conjugar os interesses de países muito diferentes e a **reversão do funcionamento das instituições**, concebidas para um número de membros bem mais reduzido.

O Conselho Europeu de Laeken decidiu convocar, para 2002, uma **Convenção para o Futuro da Europa**.

Desta convenção resultou um **projecto de Constituição Europeia** que prevê, entre outras soluções inovadoras, a criação de um ministro dos Negócios Estrangeiros da Europa e o prolongamento do mandato do presidente do Conselho Europeu.

1.2.2. O espaço económico da Ásia-Pacífico

★ Os quatro dragões

O sucesso do Japão serviu de incentivo e de modelo à primeira geração de países industriais do leste asiático. Estes países tinham, á partida, poucos trunfos em que se apoiar.

Em contrapartida, não faltava vontade política, determinação e capacidade de trabalho. Tomando como objectivo o crescimento económico, os Governos procuraram atrair capitais estrangeiros, adoptaram políticas proteccionistas, concederam grandes incentivos à exportação e investiram fortemente no ensino.

A mão-de-obra esforçada e barata permitiu produzir, a **preços imbatíveis**, têxteis e produtos de consumo corrente, que inundaram os mercados ocidentais.

Os “quatro dragões” constituíram um tremendo sucesso económico.

★ Da concorrência à cooperação

Apesar do seu enorme êxito, os Novos Países Industrializados (NPI) da Ásia confrontavam-se com 2 problemas graves:

- O primeiro era a excessiva dependência face às economias estrangeiras;
- O segundo era a intensa rivalidade que os separava, já que concorriam com os mesmos produtos, nas mesmas zonas.

Quando a economia ocidental abrandou, nos anos 70, os países asiáticos voltaram-se para os membros da **ASEAN**, uma organização económica (nascida em 1967) que aglomerava alguns países do **Sudeste Asiático**.

Iniciou-se uma **cooperação regional estreita**: o Japão, a Coreia do Sul e Taiwan iniciaram a exportação de bens manufacturados e tecnologia para os países do Sudeste e começaram a investir fortemente na exploração das suas reservas petrolíferas. Obtiveram, em troca, os produtos primários que pretendiam.

Este intercâmbio permitiu a emergência de uma **segunda geração de países industriais na Ásia**: [Tailândia, Malásia e a Indonésia] desenvolveram a sua produção, apoiada numa mão-de-obra ainda mais barata, em virtude do seu maior atraso.

A região começou, assim, **a crescer de forma mais integrada**. O Japão e os “quatro dragões” produzem mercadorias de maior qualidade e preço; a ASEAN dedica-se a bens de consumo, de preço e qualidade inferior.

Os estados do “arco do Pacífico” tornaram-se um pólo económico articulado, com **elevado volume de trocas inter-regionais**.

O crescimento asiático alterou a balança da economia mundial.

O crescimento teve, no entanto, **custos ecológicos e sociais** muito altos: a Ásia tornou-se a região mais poluída do Mundo e a sua mão-de-obra permaneceu, maioritariamente, pobre e explorada.

★ A questão de Timor

Em 1974, a “Revolução dos Cravos” agitou também Timor Leste, que se preparou para encarar o futuro sem Portugal. Na ilha, onde não tinham ainda surgido movimentos de libertação, nasceram três partidos políticos:

- A **UDT** (União Democrática Timorense), que defendia a união com Portugal num quadro de autonomia;
- A **APODETI** (Associação Popular Democrática Timorense), favorável à integração do território da Indonésia;
- E a **FRETILIN** (Frente Revolucionária de Timor Leste Independente), com um programa independentista, ligado aos ideais de esquerda.

O ano de 1975 foi marcado pelo confronto entre os 3 partidos, cuja violência Portugal não conseguiu conter.

Em 7 de Dezembro desse mesmo ano, reagindo contra a tomada do poder pela FRETILIN, o líder indonésio Suharto ordena a **invasão do território**.

Face ao sucedido **Portugal** corta relações diplomáticas com Jacarta e **pede auxílio às Nações Unidas**.

Os factos, porém, contrariavam estas decisões. Os Indonésios, que impuseram o seu poder através do terror e da barbárie anexaram formalmente Timor Leste que, em 1979, se tornou a sua 27ª província.

Refugiados nas montanhas, os guerrilheiros da FRETILIN encabeçaram a resistência contra o invasor. que se viu obrigado a aumentar sucessivamente o contingente militar estacionado no território.

A 12 de Novembro de '91, as tropas ocupantes abrem fogo sobre uma multidão desarmada que homenageava, no **cemitério de Santa Cruz**, um independentista assassinado. O **massacre** fez 271 mortos e várias centenas de feridos.

Em '92, a prisão do líder da Resistência, Xanana Gusmão, é amplamente noticiada. Com a ajuda dos *media*, Timor mobiliza a opinião pública mundial.

No fim da década a Indonésia aceita, finalmente, que o povo timorense decida o seu destino através de um **referendo**.

O referendo, supervisionado por uma missão das Nações Unidas, a UNAMET, de uma inequívoca vitória à independência, mas desencadeou uma escalada de terror por parte das milícias pró-indonésias.

Uma onda de indignação e de solidariedade percorreu então o Mundo e conduziu ao envio de uma força de paz multinacional, patrocinada pelas Nações Unidas. A 20 de Maio de 2002 nasce oficialmente a República Democrática de Timor Leste.

1.2.4. Modernização e abertura da China à economia de mercado

★ A “era Deng”

Seguindo uma política pragmática, **Deng dividiu a China em 2 áreas geográficas distintas:**

- O interior, essencialmente rural, permanecia resguardado da influência externa;
- O litoral abrir-se-ia ao capital estrangeiro, integrando-se plenamente no mercado internacional.

A China camponesa não acompanhará o surto de desenvolvimento do país. O sistema agrário foi, no entanto, profundamente reestruturado. Em cerca de 4 anos as terras foram descolectivizadas e entregues aos camponeses, que puderam comercializar os excedentes, num mercado livre.

Quanto à **indústria**, sofreu uma **modificação radical**. A prioridade à indústria pesada foi abandonada em favor dos produtos de consumo e a autarcia em favor da exportação.

Dotadas de uma legislação ultraliberal, as “Zonas Económicas Especiais” foram favoráveis aos negócios. As empresas de todo o Mundo foram convidadas a estabelecer-se nestas áreas.

Desde 1981 que **o crescimento económico da China tem sido impressionante.**

Recém-chegada ao grupo dos países industrializados da Ásia, a China detém um potencial muito superior ao dos seus parceiros, quer em recursos naturais, quer, sobretudo, em mão-de-obra. Com mais de um milhar de milhão de habitantes, a competitividade do país alicerça-se numa **massa inesgotável de trabalhadores** mal pagos e sem regalias sociais.

Neste país socialista, as desigualdades entre o litoral e o interior e entre os ricos e os pobres cresceram exponencialmente.

★ A Integração de Hong Kong e Macau

A aproximação da China ao Ocidente facilitou, após lentas negociações, o acordo com a Grã-Bretanha no sentido da transferência da soberania de Hong-Kong, a partir de 1997, enquanto, em relação a Macau, a data acordada com Portugal foi o fim do ano de 1999. Os dois territórios foram integrados na China

como regiões administrativas especiais, com um grau de autonomia que lhes permite a manutenção dos seus sistemas político e económico durante um período de 50 anos, segundo o princípio “um país, dois sistemas”.

Hong-Kong tem-se mantido como um importante centro comercial e financeiro, desempenhando um papel activo na atracção de capitais, enquanto Macau continuou a destacar-se como um dinâmico centro de jogo, de turismo e de produção industrial ligeira (têxteis e brinquedos).

1.3. Permanência de focos de tensão em regiões periféricas

1.3.1. A África Subsariana

★ A degradação das condições de existência

“Continente de todos os males”, a África tem sido atormentada pela fome, pelas epidemias, por ódios étnicos, por ditaduras ferozes.

Desde sempre muito débeis, as condições de existência dos Africanos degradaram-se pela combinação de um complexo de factores:

- O **crescimento acelerado da população**, que abafa as pequenas melhorias na escolaridade e nos cuidados de saúde;
- A **deterioração do valor dos produtos africanos**. O progressivo abaixamento dos preços das matérias-primas reduziu a entrada de divisas e tornou ainda mais pesada a disparidade entre as importações e as exportações;
- **As enormes dívidas externas dos Estados africanos**.
- **A dificuldade em canalizar investimentos externos e a diminuição das ajudas internacionais**. Os programas de ajuda diminuíram, em parte sob o pretexto de que os fundos eram desviados para a compra de armas e para as contas particulares de governantes corruptos.

Imagens chocantes de uma **fome extrema** não cessam de atormentar as consciências dos Ocidentais. O atraso tecnológico, a desertificação de vastas zonas agrícolas e, sobretudo, a guerra são responsáveis pela **subnutrição crónica** dos Africanos.

A peste chegou sobre a forma da **sida**, que tem devastado o continente.

À fome e à “peste” junta-se a guerra. **Nos anos 90, os conflitos proliferaram** e, apesar dos esforços internacionais, mantêm-se acesos ou latentes.

★ A instabilidade política: etnias e Estados

O **sentimento nacional** não teve, em muitos casos, outras raízes que não fosse a luta contra o domínio estrangeiro. Era uma base **muito frágil**, que conduziu, desde logo, a tentativas de secessão e a terríveis guerras civis.

O fim da Guerra Fria trouxe ao subcontinente alguma esperança de democratização, já que os soviéticos e americanos deixaram de apoiar os regimes totalitários que consideravam seus aliados. Abandonados à sua sorte, muitos não tardaram a cair.

Em muitas regiões, as grandes dificuldades económicas, as rivalidades étnicas e religiosas, bem como a ânsia de apropriação de riquezas, fizeram aumentar a **instabilidade**.

A persistência de uma sociedade em que os laços tribais se mantêm vivos e fortes tem facilitado as explosões de violência. Embora o **tribalismo** concorra para estas explosões de ódio, a verdade é que poucos são os casos em que, por trás, não se escondem ambições políticas ou interesses económicos.

Tribalismo: sistema de organização social caracterizado pela forte coesão entre os membros de um grupo étnico (tribo) que, no caso africano, tem dificultado a formação de identidades nacionais, na medida em que a partilha da África, no século XIX (Conferência de Berlim), e a posterior independência das colónias não tiveram em conta as fronteiras físicas das tribos existentes.

1.3.2. A América Latina

★ A descolagem contida e endividamento externo

Os países latino-americanos procuraram libertar-se da sua extrema dependência face aos produtos manufacturados estrangeiros. Encetaram, então, uma **política industrial proteccionista com vista à substituição das importações**. Orientado pelo Estado este fomento económico realizou-se com recurso a **avultados empréstimos**.

Nas décadas seguintes, estes empréstimos, mal geridos, tornaram-se um fardo difícil de suportar.

Esta situação fez-se sentir com mais força nas nações latino-americanas, as mais endividadas do Mundo.

A dívida externa reflectiu-se no agudizar da situação económica das populações latino-americanas, pois foi necessário tomar medidas de contenção económica como despedimentos e redução dos subsídios e dos salários.

Face a tão maus resultados, a salvação económica procurou-se numa **política neoliberal**. Procederam à privatização do sector estatal, sujeitando-o à lei da concorrência e procuraram integrar as suas economias nos fluxos do comércio regional e mundial.

O comércio registou um crescimento notável e as economias revitalizaram-se. No entanto, **em 2001, 214 milhões de latino-americanos viviam ainda mergulhados na pobreza**.

★ Ditaduras e movimentos de guerrilha. O advento das democracias

Em 1975, só a Colômbia, a Venezuela e a Costa Rica tinham governos eleitos. Os restantes países encontravam-se sob regimes repressivos.

Nas décadas de 60 e 70, o subcontinente conheceu um enfraquecimento dos movimentos de guerrilha. Este fenómeno lançou-a num clima de guerra civil e contribuiu para o atraso da região.

Nos anos 80 registou-se uma inclinação para a democracia. Concomitantemente, as guerrilhas esmoreceram e algumas transformaram-se mesmo em partidos legais que se integraram no sistema político institucional.

Embora firme, o caminho da América Latina rumo à democracia não está ainda isento de dificuldades. As graves clivagens sociais, o aumento do narcotráfico, bem como a corrupção e a violência herdadas do passado, continuam a comprometer a estabilidade política e o futuro económico da região.

1.3.3. O Médio Oriente e os Balcãs

★ Nacionalismos e confrontos político-religiosos no Médio Oriente

A região do Médio Oriente é uma zona instável que tem assumido um protagonismo crescente no panorama mundial. A riqueza petrolífera dos países do Golfo Pérsico e o avanço da luta fundamentalista alteraram profundamente as coordenadas políticas internacionais.

Fundamentalismo: Movimento religioso que defende o regresso das práticas sociais ao definido pelos preceitos dos livros sagrados, renegando os valores e os comportamentos surgidos com a modernidade.

O fundamentalismo emergiu no mundo islâmico como uma afirmação da identidade cultural e de fervor religioso. Revalorizando o ideal de “Guerra Santa”, os fundamentalistas procuram no Corão as regras da vida política e social para além da religiosa. Assim, rejeitam a autoridade laica, transformando a *sharia* (lei corânica) na base de todo o direito, e contestavam os valores ocidentais que consideram degenerados e malignos.

★ A questão israelo-palestiniana

Apoiados pelos Estados Unidos e pelos judeus de todo o mundo mobilizados pelo **sionismo** internacional, os israelitas têm demonstrado uma vontade inflexível em construir a pátria que sentem pertencer-lhes.

Sinonismo: Termo derivado de Sião (Palestina) que designa o movimento internacional surgido no século XIX com o objectivo de construir um estado judeu na Palestina e que, após a criação do Estado de Israel (1948), adquiriu uma conotação negativa em resultado da repressão sobre as populações árabes (os Palestínianos) que permaneceram no novo Estado Judaico.

No campo oposto, os árabes defendem igualmente a terra que há séculos ocupam. A sua determinação em não reconhecer o Estado de Israel desembocou em **conflitos repetidos** que deixaram patente a superioridade militar judaica. **Tal situação induziu os Israelitas a ocuparem os territórios reservados aos Palestínianos** onde instalaram numerosos colonatos.

Neste contexto, a revolta palestíniana cresceu e encontrou expressão política na **OLP – Organização de Libertação da Palestina**.

Na sequência de uma violenta revolta juvenil nos territórios ocupados - a intifada -, os Estados Unidos pressionaram Israel para abrir negociações com a OLP que, conduzidas secretamente desembocam no **primeiro acordo israelo-palestiniano**.

Assinado em 1993, em Washington, o **acordo estabeleceu o reconhecimento mútuo das duas partes**, a renúncia da OLP à luta armada, a constituição de uma Autoridade Nacional Palestíniana e a passagem progressiva do controlo dos territórios ocupados para a administração palestíniana.

Uma **escalada de violência** tem martirizado a região. Aos atentados suicidas, cada vez mais frequentes, sobre alvos civis israelitas, o exército judaico responde com intervenções destruidoras, nos últimos redutos palestínianos.

★ Nacionalismos e confrontos político-religiosos nos Balcãs

Criada após a 1ª Guerra Mundial, a **Jugoslávia** correspondeu ao sonho sérvio de unir os “Eslavos do Sul”, mas foi sempre uma entidade artificial que aglutinava diferentes nacionalidades, línguas e religiões.

Em Junho de **1991, a Eslovénia e a Croácia declaram a independência.** Recusando a fragmentação do país, o presidente sérvio Slobodan Milosevic desencadeia a **guerra** que só cessa, no início do ano seguinte, após a intervenção da ONU.

Pouco depois, a Bósnia-Herzegovina proclama, por sua vez, a independência e a guerra reacende-se.

Com a **Guerra da Bósnia**, a Europa revive episódios de violência e atrocidades que julgava ter enterrado no fim da 2ª Guerra Mundial. Em nome da construção de uma “Grande Sérvia” levam-se a cabo operações de “limpeza étnica”.

Finalmente, após muitos impasses e hesitações, uma força da OTAN sob comando americano impôs o fim das hostilidades na Bósnia e conduziu aos Acordos de Dayton (1995), que dividiram o território bósnio em 2 comunidades autónomas, uma sérvia e outra croato-mulçumana.

No fim da década, o pesadelo regressa aos Balcãs, desta feita à região do **Kosovo**, à qual, em 1989, o Governo sérvio tinha retirado autonomia. Face à revolta eminente, desenrola-se uma nova operação de “limpeza étnica” que a pressão internacional não conseguiu travar. A OTAN decidiu, então, intervir de novo, mesmo sem mandato da ONU.

2.1. Mutações sociopolíticas e o novo modelo económico

2.1.1. O debate do Estado-Nação

O **Estado-Nação** surge como **um dos principais legados do liberalismo no século XIX**.

No século XX, os Estados-Nação registam uma expansão planetária, tornando-se o **elemento estruturador da ordem política internacional**.

Reconhecem, todavia, os especialistas que a **fórmula do Estado-Nação**, considerada modelo de organização política mais coerente do ponto de vista jurídico e mais justo, se revela hoje **ineficaz**, face aos desafios que a nova ordem internacional provoca.

Um conjunto de factores determina a **crise do Estado-Nação**. São forças desintegradoras a nível local e regional:

- Imensos **conflitos étnicos**;
- **Nacionalismos separatistas** basco e catalão;
- Crescente **valorização das diferenças e especificidades de grupos e indivíduos**;
- No plano supranacional, **os processos de integração económica e política afectam a confiança dos cidadãos** nas capacidades dos estado-nação para assumir as suas responsabilidades;
- Os mecanismos de funcionamento de uma economia globalizada criaram **fluxos financeiros a nível global que escaparam ao controlo e à fiscalidade dos estado-nação**;
- Questões transnacionais como a **emergência do terrorismo e da criminalidade internacional** também contribuíram para a crise dos estado-nação.

Mais do que nunca, mostram-se necessários os esforços concertados de autoridades supra e transnacionais para responder aos complexos desafios do novo mundo que nos rodeia.

2.1.2. A Explosão das realidades étnicas

As identidades **agitam-se no mundo** com uma intensidade acrescida desde as últimas décadas do séc. XX.

Quase sempre, as **tensões étnicas e separatistas** são despoletadas pela pobreza e pela marginalidade em que vivem os seus protagonistas, contribuindo para múltiplos **conflitos** que, desde os anos 80, têm ensanguentado a **África, os Balcãs e o Médio Oriente, o Cáucaso, a Ásia Central e Oriental**.

Ao contrário dos conflitos interestáticos do período da Guerra Fria, as novas **guerras** são **maioritariamente intra-estáticas**.

- Na **região do Cáucaso**, as tensões étnicas mostram-se particularmente violentas em território da ex-União Soviética;
- No **Afeganistão**, as últimas décadas têm assistido a um crescendo de violência e desentendimento;
- No Indostão, a **Índia** vê-se a braços com a etnia *sikh*, que professa um sincretismo hindu e muçulmano e que se disputa com a maioria hindu;
- No **Sri Lanka**, a etnia tamil, de religião hindu, enfrenta os budistas cingaleses;
- E no Sudeste Asiático, só bem recentemente (em 2002) **Timor Leste** conseguiu libertar-se da Indonésia, depois de massacres cruéis da sua população.

Na verdade, o **genocídio** tem sido a marca mais terrível dos conflitos étnicos. Multidões de **refugiados** cruzam fronteiras, chamando o direito à vida que as vicissitudes da História e os erros dos homens lhes parecem negar. Os Estados mostram-se impotentes para controlar as **redes mafiosas e terroristas** que se refugiam nos seus territórios e actuam impunemente.

2.1.3. As questões transnacionais: migrações, segurança e ambiente

Difícilmente vivemos imunes aos acontecimentos que nos chegam pelos *media*.

As **questões transnacionais** cruzam as fronteiras do Mundo, afectam sociedades distantes e lembram-nos que a Terra e a humanidade, apesar das divisões e da diversidade, são unas. Resolvê-las, minorá-las, ultrapassa o controlo de qualquer Estado-Nação, exigindo a colaboração da ONU, de organizações supranacionais, regionais e não governamentais.

★ Migrações

Em 2000 existiam no Mundo cerca de **150 milhões de pessoas a viver num país que não aquele onde tinham nascido**.

Tal como há 100 anos os motivos económicos continuam determinantes nas mais recentes nas migrações.

Mas os motivos políticos também pesam, especialmente se nos lembrarmos dos múltiplos conflitos regionais das últimas décadas.

A este estado de tensão e guerra se devem os cerca de **20 milhões de refugiados** que o Mundo contabiliza no início do séc. XXI.

O **Sul** surge-nos como um local de vastos fluxos migratórios.

Os países com maior número de imigrantes encontram-se, no entanto, no **Norte**. Sem que possamos falar num aumento de **imigrantes** relativamente à população total do Globo, registam-se, no entanto, **mudanças na sua composição**. Há mais mulheres e mais pessoas com maior formação académica e profissional que outrora.

Se, nos locais de partida, os migrantes significam uma fonte apreciável de divisas e de alívio de problemas, já nos países de acolhimento provocam reacções complexas e problemáticas – resulta em tensões e conflitos étnicos. Até em países ocidentais de tradicional acolhimento os imigrantes defrontam-se com inesperadas rejeições. Desde os choques petrolíferos, as dificuldades económicas e a progressão do desemprego, os imigrantes são considerados como concorrentes aos postos de trabalho que restam – o que origina reacções xenófobas.

É neste contexto de hostilidade, inesperada e indesejada em países democráticos, que apreciáveis esforços se encetam para promover a **interculturalidade**.

Interculturalidade: Perspectiva que se caracteriza pela valorização do contacto entre culturas diferentes no sentido de promover mecanismos de interpretação, de compreensão e de interacção entre elas. Distingue-se do etnocentrismo e do multiculturalismo: o 1º obstaculiza o contacto entre culturas a partir do pressuposto de superioridade de uma cultura dominante e da interpretação da outra à luz dos próprios valores; a 2ª limita-se a constatar a diversidade de culturas, sem se preocupar em promover formas de diálogo entre elas.

★ Segurança

Concertação, vigilância e cooperação.

Na aurora do séc.XXI, tais palavras revelam-se especialmente pertinentes, sobretudo se tivermos em conta os problemas de **segurança** com que a Humanidade se debate. Desde o 11 de Setembro de 2001 tornou-se impossível ignorar essa ameaça internacional que é o **terrorismo**.

Embora o terrorismo não constitua um fenómeno novo, o terceiro quartel do séc.XX assistiu a uma escalada terrorista que assumiu proporções inesperadas.

De facto, nas duas últimas décadas, o terrorismo transformou-se numa ameaça à escala planetária. A **Europa** defronta-se com o terrorismo basco, irlandês, tchetcheno, albanês, bósnio. A **América Latina** vê-se a braços com os actos terroristas ocorridos na Colômbia. A **América do Norte**, como já o referimos, conheceu o atentado mais violento de que há memória. A **Ásia** defronta-se com o terrorismo religioso e político. Nem **África** escapa.

Quais **hidras de sete cabeças**, as redes terroristas são difíceis de combater. Ajudam-se mutuamente, trocando entre si informações, técnicas, pessoal, dinheiro e armas.

Associada ao terrorismo, encontra-se essa outra questão vital para a segurança mundial que é a da proliferação de armas e da falta de controlo sobre a sua existência. Já não bastam os países que se recusam a assinar tratados para a limitação do armamento nuclear. Às temidas armas nucleares acrescentam-se outros meios de destruição maciça: as **armas químicas e biológicas**. Por todo o mundo, espalha-se um **mercado negro de armamento**, controlado por redes mafiosas, que abastece os grupos terroristas. A moeda de troca é, frequentemente, a **droga**, fomentando-se, assim, um outro perigoso tráfico para a segurança da Humanidade.

★ Ambiente

O **ambientalismo** constitui uma questão incontornável do nosso tempo e um desafio a ter em conta no futuro.

Ambientalismo: Perspectiva teórica e conjunto de práticas de um movimento social que procuram chamar a atenção para os efeitos do uso dos recursos (sobreexploração, esgotamento, poluição, destruição dos ecossistemas) no sentido de serem adoptadas medidas de preservação dos sistemas naturais e de sustentabilidade, de tal modo que não se ponha em causa a sobrevivência das gerações vindouras.

A degradação do planeta acelerou-se no último século, devido ao crescimento demográfico e das transformações económicas experimentadas pela Humanidade. A população mundial, que cerca de 1950 atingia os 2,5 mil milhões de seres humanos, mais do que duplicou até ao fim do séc.XX. Ora, mais população significa um acréscimo do consumo de recursos naturais, seja de solos, de água ou de matérias-primas destinadas ao fabrico de bens essenciais...e supérfluos.

A **destruição de florestas tropicais** é um dos efeitos do crescimento demográfico e da busca de recursos.

A busca desenfreada de terras e a sua exploração intensiva, acompanhada da destruição de ecossistemas, tornam os solos mais vulneráveis à seca e à erosão.

Os **atentados à Natureza** prosseguem num rol infindável de exemplos. O progresso industrial e tecnológico provoca avultados gastos energéticos e **poluição**.

Entretanto, misturados com a precipitação, os gases poluentes provocam as chamadas **chuvas ácidas**, que corroem os bosques e acidificam milhares de lagos, exterminando plantas e peixes.

Desde a década de 70, os cientistas revelam também grande preocupação com a destruição da camada do ozono, essa estreita parte da atmosfera que nos protege contra as radiações ultravioletas.

O **“efeito de estufa”, ou aquecimento global**, é outra das perigosas ameaças que pairam sobre a Terra. Resulta das elevadas concentrações de dióxido de carbono na atmosfera, proveniente do crescimento populacional, do desenvolvimento industrial e da proliferação de veículos.

Por causa da camada de vida da Terra ser contínua e interligada e atendendo às múltiplas agressões que sobre ela pairam, os cientistas lançam sistemáticos alertas para o **estado de perigo e de catástrofe iminente** em que o ecossistema mundial entrou.

Em 1992, a Cimeira da Terra avançou com um conjunto de propostas tendentes à gestão dos recursos da Terra, para que a qualidade de vida das gerações futuras não fique hipotecada. A tal se chamou um **“desenvolvimento sustentável”**.

E se os países desenvolvidos gastam fortunas com a limpeza de rios e edifícios, o controlo de gases tóxicos, o tratamento de desperdícios e a reciclagem de materiais, tais esforços de preservação do ambiente mostram-se terrivelmente comprometidos, no superpovoado e pobre mundo em desenvolvimento.

De um desenvolvimento económico equilibrado e sustentável espera-se a saúde do planeta e o bem-estar da humanidade.

★ **A afirmação do neoliberalismo e globalização da economia**

Os choques petrolíferos dos **anos 70**, a inflação, o abrandamento das actividades económicas e o desemprego, testemunhavam uma **poderosa crise**.

Denominada de neoliberalismo, uma nova doutrina económica propõe-se reerguer o capitalismo tendo como grandes laboratórios a Grã-Bretanha e os Estados Unidos.

Atento ao equilíbrio orçamental e à redução da inflação, o **neoliberalismo**, que defende o respeito pelo livre jogo da oferta e da procura, envereda por **medidas de rigor**. O Estado neoliberal diminui fortemente a sua intervenção económica e social. Pelo contrário, valoriza a iniciativa privada, incentiva a livre concorrência e a competitividade.

No mundo dos anos 80, caminhava-se a passos largos para a **globalização da economia**. A globalização apresenta-se como um fenómeno incontornável. Apoiadas nas modernas **tecnologias da informação e da comunicação** (TIC), a concepção, a produção e a comercialização de bens e serviços, bem como os influxos dos imprescindíveis capitais, ultrapassam as fronteiras nacionais e organizam-se à escala planetária.

★ **Os mecanismos da globalização**

● **A liberalização das trocas**

Os Estados recuam nas medidas proteccionistas e enveredam pelo livre-câmbio. Desde finais dos anos 80 que o comércio internacional acusa um crescimento excepcional, mercê de progressos técnicos nos transportes e da criação de **mercados comuns**.

Em 1995, a Organização Mundial do Comércio entra em vigor. Tendo em vista a liberalização das trocas, incentiva a redução dos direitos alfandegários e propõe-se arbitrar os diferendos comerciais entre os Estados-membros.

Deparamo-nos, conseqüentemente, na aurora do século XXI, com um fluxo comercial prodigioso, num mundo que quase parece um **mercado único**.

Às zonas da Europa Ocidental, da Ásia-Pacífico e da América do Norte, a chamada **Tríade**, cabe o papel de pólos dinamizadores das trocas mundiais.

- **O movimento de capitais**

Os movimentos de capitais aceleraram-se desde os anos 80. As grandes bolsas de valores, como as de Nova Iorque, Tóquio, Londres e Singapura, mobilizam massas crescentes de acções, em virtude de um aligeiramento das regulamentações que pesavam sobre a circulação de capitais. Desde 1990, os **investimentos externos** ultrapassam, o montante de mil milhares de milhões de dólares.

- **Um novo conceito de empresa**

Possuindo uma tendência para a internacionalização, as **grandes empresas** sofrem **mudanças estruturais** e adoptam **estratégias planetárias**.

Desde os anos 90, aumenta o número de empresas em que a **concepção do produto ou do bem** a oferecer, as respectivas **fases de fabrico** e o **sector da comercialização** se encontram **dispersos à escala mundial**.

Eis-nos perante as firmas da era da globalização, as chamadas **multinacionais ou transnacionais**. É essa lógica de rendibilidade das condições locais que conduz, em momentos de crise ou de diminuição de lucros, as multinacionais a abandonarem certos países. Encerram aí as suas fábricas e/ou estabelecimentos comerciais, para os reabrirem noutros locais. A este fenómeno chama-se **deslocalização**, sendo-lhe atribuída a principal razão do **desemprego** crónico que grassa no Mundo.

★ **A crítica à globalização**

O **crescimento económico** proporcionado pelo neoliberalismo e pela globalização suscita **acesos debates** em finais dos anos 90.

Os seus defensores lembram que as medidas tomadas permitiram resolver a gravíssima crise inflacionista dos anos 70, ao mesmo tempo que apreciáveis franjas da Humanidade acederam a uma profusão de bens e serviços.

Já os **detractores da globalização** invocam o fosso crescente entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento, frisando que, nas próprias sociedades desenvolvidas, existem casos gritantes de pobreza e exclusão. E apontam o dedo ao desemprego, verdadeiramente incontrolável.

A **alter-globalização** contrapõe-lhe o projecto de um desenvolvimento equilibrado, que elimine os fossos entre homens e povos, respeite as diferenças, promova a paz e preserve o planeta. Porque “um outro mundo é possível”.